

Aos Acionistas,

A Ser Educacional S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

ESTRATÉGIA

O exercício de 2025 confirmou o sucesso do posicionamento estratégico da Ser Educacional, cujo foco na otimização operacional, crescimento orgânico e disciplina financeira resultou em uma robusta geração de caixa, na significativa redução do endividamento e na apresentação de lucro líquido consistente em todos os trimestres do ano.

A disciplina da Companhia na execução estratégica manifestou-se na oferta de cursos de alta demanda, com destaque para as áreas de saúde e direito. Aliado a campanhas de captação e rematrícula bem-sucedidas, esse foco impulsionou a ocupação dos seus campi e fortaleceu sua base de alunos, que cresceu 4,6% na graduação, impulsionada pela notável expansão do Ensino Híbrido.

Este desempenho é um reflexo direto da proposta de valor diferenciada da Ser Educacional. Sustentada por marcas de grande reconhecimento e pelo sucesso do seu inovador modelo acadêmico Ubíqua, a Companhia oferece uma aprendizagem dinâmica, focada no ensino por competências práticas e alinhada às exigências do mercado. O portfólio de cursos é constantemente atualizado e ofertado a preços competitivos em campi estrategicamente localizados.

A expansão dos cursos de medicina consolidou-se como um dos principais vetores de crescimento da Companhia. A conquista de novos credenciamentos em 2024 e 2025 permitiu uma ampliação expressiva no número de vagas e de alunos, reforçando seu papel como uma instituição de relevância nacional na formação de médicos, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde a carência desses profissionais é mais acentuada.

O programa Ser Solidário, outra iniciativa estratégica de destaque, demonstrou ser um sucesso em seu primeiro ano. Ao facilitar o acesso ao Ensino Híbrido por meio de parcelamento, o programa não apenas impulsionou a receita, o EBITDA ajustado e a base de alunos, mas também reforçou o compromisso da Companhia com a inclusão e a fidelização de seus estudantes.

A Companhia avançou em sua expansão orgânica de forma disciplinada, com a inauguração de seis novas unidades nos últimos dois anos, demonstrando sua capacidade de ampliar a presença geográfica com eficiência e criar avenidas de crescimento sustentável.

Por fim, a Companhia apresentou sólida evolução financeira em 2025, evidenciada pela melhoria nos processos de cobrança, que resultou no aumento da geração operacional de caixa e consequente redução do prazo médio de recebimento. Essa eficiência foi fundamental para diminuir as despesas financeiras, fortalecer a estrutura de capital e ampliar a flexibilidade financeira da Ser Educacional para os desafios e oportunidades futuras.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Base de alunos

Ao final de 2025, a base de alunos do grupo Ser Educacional totalizava 343,5 mil, um crescimento de 4,0% em relação aos 330,3 mil registrados no encerramento de 2024.

No ensino presencial, a evolução foi impulsionada por uma estratégia de portfólio focado nas áreas de saúde e engenharia. Essa abordagem permitiu à Companhia capitalizar seus diferenciais competitivos, como a moderna estrutura de laboratórios e clínicas, a localização privilegiada das unidades e o forte posicionamento de suas marcas.

No ensino digital, a participação dos cursos de saúde na base de graduação aumentou de 23% para 24%. Este avanço reflete os investimentos contínuos em laboratórios e a bem-sucedida integração dos sistemas de treinamento dos polos parceiros entre as marcas regionais.

Receitas

A receita bruta da Companhia alcançou R\$ 5.078,8 milhões em 2025, representando um crescimento de 14,6% em relação aos R\$ 4.432,0 milhões apurados em 2024. Este avanço é resultado de quatro fatores principais: (i) o aumento no número de alunos na graduação presencial, reflexo de melhores taxas de captação e menor evasão; (ii) a contínua expansão da base de alunos do curso de Medicina; (iii) a implementação bem-sucedida do programa Ser Solidário; e (iv) o repasse da inflação às mensalidades.

Por sua vez, a receita líquida atingiu R\$ 2.216,5 milhões, um aumento de 11,9% na comparação anual. O crescimento da receita líquida reflete o maior volume de alunos, sendo parcialmente impactado por um volume superior de descontos por adimplência, efeito que foi compensado pela oferta mais criteriosa de bolsas nas campanhas de captação.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados apresentou uma melhora significativa em termos de eficiência, totalizando R\$ 905,0 milhões e representando 40,8% da receita líquida em 2025. Este número representa uma redução de 4,0 pontos percentuais em comparação aos 44,8% registrados em 2024, quando o custo total foi de R\$ 887,1 milhões.

O aumento nominal dos custos foi influenciado principalmente por três fatores:

- **(i) Pessoal e Encargos:** Impacto do dissídio salarial anual e da expansão da base de cursos na área da saúde.
- **(ii) Serviços de Terceiros e Outros:** Aumento dos pagamentos a preceptores, maior número de alunos em estágios avançados dos cursos de saúde e medicina, e o repasse de custos aos municípios referente às vagas do programa Mais Médicos.
- **(iii) Inflação:** Efeito do aumento geral de preços sobre os custos operacionais ao longo de 2025.

Contudo, esses aumentos foram parcialmente compensados por iniciativas de otimização e ganhos de eficiência, destacando-se:

- **Redução em Despesas com Concessionárias:** Resultado da devolução de imóveis maiores e com menor ocupação, do aumento da eficiência operacional nas demais unidades e da incidência de tarifas de energia mais favoráveis ("bandeira verde") no início do ano.
- **Diminuição nos Custos de Aluguel:** Obtida por meio da redução de contratos de aluguel não enquadrados na norma IFRS16, efeito parcialmente compensado pela inflação do período.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O lucro bruto foi de R\$1.311,5 milhões em 2025, o que representa um crescimento de 19,9% em relação ao exercício 2024, com margem bruta de 59,2%, 3,9 pontos percentuais superior à margem bruta do exercício 2024.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais demonstraram um ganho de eficiência em 2025, totalizando R\$ 829,2 milhões e representando 37,4% da receita líquida. Isso representa uma melhora de 2,6 pontos percentuais em relação aos 40,0% registrados em 2024 (R\$ 791,7 milhões), apesar de um aumento nominal de 4,7% nos gastos.

O aumento nominal, além do impacto geral da inflação, foi influenciado principalmente por:

- **Despesas com Pessoal:** Decorrentes do dissídio coletivo, aumento no provisionamento de bônus de curto prazo e do plano de remuneração em ações, internalização de atividades e readequação da estrutura administrativa.
- **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD):** Impactada por provisões adicionais relacionadas à evasão no ensino digital, ao FG-FIES e ao programa Ser Solidário. Além disso, uma alteração no processo de cobrança resultou na reclassificação de despesas antes registradas como "descontos concedidos" (resultado financeiro) para a PCLD, gerando um efeito contábil sem impacto no lucro líquido, mas com benefício para a geração de caixa.
- **Serviços Prestados:** Influenciados por despesas não-recorrentes com serviços jurídicos e consultoria de TI para automação de processos.

Em contrapartida, a Companhia registrou reduções em áreas-chave, que compensaram parcialmente essas pressões de custo:

- **Eficiência Operacional:** Os gastos com serviços foram mitigados por um esforço contínuo de eficiência, pela internalização de atividades e pela descontinuação de unidades e polos de menor performance.
- **Despesas com Publicidade:** Apresentaram redução significativa em 2025, resultado de projetos bem-sucedidos para ganho de eficiência em marketing e otimização do custo de aquisição de alunos, alinhados ao plano de otimização operacional da Companhia.

As Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas totalizaram R\$37,6 milhões em 2025, uma redução de 40,8% em comparação a 2024, devido à ocorrência de efeitos não recorrentes em 2024 relativos principalmente a baixa de ágio relativos a aquisições e baixa de direito de uso líquida das obrigações de arrendamento relativa às entregas de imóveis e do recálculo de aluguéis referente à adequação das normas do IFRS 16 que foram superiores aos valores de 2025..

Resultado Operacional

Em 2025, a Companhia alcançou um lucro operacional de R\$444,7 milhões, versus um lucro operacional de R\$238,9 milhões no exercício de 2024, representando um crescimento de 86,1% na comparação entre os dois períodos, em função do aumento da receita associado ao controle de custos e da ausência de efeitos não recorrentes ocorridos em 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no exercício 2025 representou uma despesa financeira líquida de R\$213,9 milhões, o que corresponde a uma redução de 5,0% quando comparado aos R\$225,3 milhões registrados em 2024, principalmente pela redução (i) dos juros com arrendamento mercantil, em virtude das devoluções de imóveis e renegociação de aluguéis ocorridas no período, parcialmente compensadas pelos reajustes dos contratos remanescentes e pelos novos contratos para novas unidades e expansões de campi existentes; (ii) dos descontos concedidos, em função das alterações nos processos de cobrança, conforme comentado na variação da 'PDD' na seção 'Despesas Operacionais' e da redução do volume de acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas, principalmente entre 361 e 720 dias. A redução nas linhas de juros com arrendamento mercantil e de descontos concedidos foi parcialmente compensada pelo crescimento das despesas de juros, em virtude do aumento da taxa média de juros na comparação entre os dois períodos, apesar da redução do endividamento líquido.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social apresentou uma despesa de R\$ 16,3 milhões, contra uma despesa de R\$ 14,8 milhões na provisão em 2024, em função do montante do lucro líquido apresentado no exercício 2025, acrescido de adições temporárias sazonais que não encontram respaldo na apuração do lucro da exploração (lucro incentivado), gerando uma maior base de cálculo do IR/CSLL.

Lucro Líquido do Exercício

Em decorrência dos fatores acima expostos, em 2025, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$214,4 milhões comparado a um prejuízo de R\$ 1,2 milhão em 2024.

Geração de Caixa e Endividamento

A Ser Educacional encerrou 2025 com uma geração consolidada de caixa operacional de R\$606,9 milhões, 33,3% acima do exercício de 2024, o que suportou a amortização de dívidas no valor de R\$453,7 milhões, responsável pela redução de 29,6% no endividamento bruto, e pelo investimento

em CAPEX de R\$92,1 milhões. Com isso, a disponibilidade de caixa da Companhia totalizou R\$262,8 milhões, uma redução de 29,3% quando comparado a dezembro de 2024. A dívida líquida, excluindo as obrigações de arrendamento, atingiu R\$504,7 milhões, o que representa uma redução de 29,8% na comparação com o final de 2024.

INVESTIMENTOS

Os investimentos no crescimento orgânico somaram R\$92,1 milhões em 2025, uma redução de 25,9% em comparação ao exercício de 2024, quando totalizou R\$124,2 milhões, principalmente em decorrência de no exercício 2025 não ter havido obras relevantes para credenciamento de cursos de medicina ou para preparação de imóveis novos para receber alunos e colaboradores, em virtude do processo de devolução de imóveis maiores e com baixa ocupação, como ocorreu no ano passado, bem como a postergação de alguns projetos de expansão em função do foco da Companhia em manter sua eficiência operacional.

QUALIDADE ACADÊMICA

A Companhia segue comprometida com a melhoria contínua da qualidade dos seus cursos. Destaca-se em 2025 o credenciamento do curso de Medicina da UNINASSAU de Maracanaú, com nota 5 pelo MEC. O curso iniciou sua primeira turma já no primeiro trimestre do mesmo ano. Ainda no tema dos cursos de medicina, a UNINASSAU do Recife também foi reconhecida pelo MEC com nota 5.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, DIVERSIDADE E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ser Educacional integra em sua estratégia de negócios a promoção contínua da responsabilidade social, ambiental, diversidade e governança corporativa, sendo um dos destaques da B3 em relação às melhores práticas no Brasil.

Refletindo esse compromisso, em setembro de 2025, a Companhia foi novamente reconhecida por suas iniciativas em diversidade, o que resultou na renovação da inclusão de suas ações na carteira do índice IDIVERSA B3. Este indicador destaca o desempenho de empresas que se sobressaem no Score de Diversidade desenvolvido pela B3, promovendo o avanço de boas práticas no mercado financeiro. Desde 2019, a Companhia também publica anualmente seu relatório no formato ESG, disponível em seu site de Relações com Investidores.

Reafirmando seu empenho com a evolução contínua de suas práticas, em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2025, a Companhia aprovou a criação do Comitê Não-Estatutário de Sustentabilidade, o regulamento do comitê e a sua nova Política de Sustentabilidade, fortalecendo os mecanismos de promoção de suas responsabilidades sociais, ambientais e de governança.

AUDITORIA INDEPENDENTE

Em 2025, os honorários referentes aos serviços contratados pela Ser Educacional junto à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PWC") para a revisão especial de suas informações trimestrais referentes ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2025 e auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$1.882.653,00. Em 2025, foi pago à PWC também o montante de R\$360.116,62, referentes a serviços de assessorias tributária e de asseguração, correspondentes a 19,1% dos honorários referentes aos serviços de auditoria do exercício 2025.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Ser Educacional declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da PWC, emitido em 25 de março de 2026; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado de parecer favorável do Conselho Fiscal.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social e na legislação vigente e aplicável às atividades da Companhia.

AGRADECIMENTOS

Os sólidos resultados operacionais e financeiros de 2025 confirmam a capacidade da Ser Educacional de gerar valor de forma consistente e sustentável para seus acionistas, alunos, docentes e colaboradores. Este desempenho é fruto direto do empenho, da dedicação e do alinhamento estratégico de todas as equipes que compõem a Companhia.

A Administração agradece a todos os alunos, professores, colaboradores, acionistas e parceiros pela confiança e contribuição ao longo do ano e conta com a mesma dedicação para os desafios de 2026.

Por fim, a Ser Educacional reafirma seu compromisso com a oferta de uma educação de qualidade, com foco no empreendedorismo, na responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável do País, convicta de que a educação é um vetor essencial para a construção de um futuro mais próspero e inclusivo para o Brasil.

A Administração

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA

ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A é um órgão não estatutário, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e o seu Regimento Interno.

Conforme o artigo 22 do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A, compete ao Comitê de Auditoria: I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia; II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia; IV. avaliar e monitorar as exposições de Riscos da Companhia; V. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria foi eleito e instalado em 29 de abril de 2021, com três membros, sendo um conselheiro de administração independente, na qualidade de Coordenador do Comitê, um conselheiro de administração adicional e um membro externo independente. Durante o Exercício Social de 2025, o Comitê de Auditoria reuniu-se dez vezes para a execução de suas atividades, tendo sido facultado aos seus membros o livre acesso aos órgãos da Companhia, bem como aos seus executivos, além de contar, sempre que necessário, com a presença de representantes dos Auditores Independentes.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Os membros do Comitê de Auditoria, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, regulatórias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultados, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

Recife, 25 de março de 2026

Flavio Cesar Maia Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria

Francisco Muniz Barreto

Marcelo Amaral Moraes

Membros do Comitê de Auditoria

SER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Página 1 de 1

Os membros do Conselho Fiscal da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao disposto no artigo 163 da Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, examinaram o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das correspondentes notas explicativas, elaborados de acordo com a legislação vigente. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da administração da Companhia e no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as referidas demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas na data de hoje, concluíram, por unanimidade, que os mencionados documentos, juntamente com o relatório anual da administração, estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Recife, 25 de março de 2026.

Fernando Eduardo R. Santos

Conselheiro

Nazareno Habib O. Bichara

Conselheiro

José Écio Pereira da Costa Jr.

Conselheiro



Ser Educacional S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Ser Educacional S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

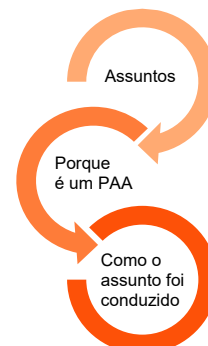
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita (Notas 18 e 28.20 (a)) A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas têm sua origem substancialmente nas mensalidades cobradas nos cursos de graduação e pós-graduação em formatos presencial e à distância. No contexto dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são formalizados semestralmente, enquanto nos cursos de pós-graduação, o contrato abrange a totalidade do programa. Essas receitas derivam de um elevado volume de transações, cada uma delas caracterizada por valores individualmente baixo, o que requer um ambiente de controles internos estruturado e que seja efetivo ao longo de todo exercício. Considerando a relevância da receita para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em combinação com o grande esforço de auditoria sobre esse assunto dada a natureza das transações, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento e teste dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas, para a migração de dados e saldos entre as interfaces financeira, acadêmica e contábil. • Inspecionamos, por amostragem, contratos firmados com alunos, boletos de cobrança emitidos, relatórios de frequência para análise das condições contratuais e documentos cadastrais dos alunos vinculados, assim como verificamos o recebimento subsequente das mensalidades selecionadas na amostra. Tais testes incluíram transações envolvendo os programas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), verificando a efetiva elegibilidade e adesão por meio dos contratos dos alunos nos órgãos competentes. • Realizamos as reconciliações dos relatórios auxiliares de faturamento com os respectivos registros contábeis. • Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos nossos procedimentos, constatamos que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	consolidadas estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (Notas 3.1 (d), 9 (f) e 28.5) A determinação do montante destinado à provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber é uma tarefa que envolve um elevado grau de subjetividade e requer julgamentos consideráveis por parte da diretoria da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial. A diretoria da Companhia e suas controladas exercem julgamento sobre a probabilidade de receberem as mensalidades futuras dos alunos matriculados, incluindo alunos matriculados em programas governamentais, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Além disso, devido ao ciclo semestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não renovam suas matrículas representam um maior risco de perdas nas contas a receber. Nesse contexto, é necessário estabelecer acordos para recuperar créditos vencidos, exigindo julgamentos para determinar a provisão para perdas esperadas. Essa avaliação não se limita apenas aos alunos inadimplentes, abrangendo também aqueles que concordaram com acordos para quitar parcelas vencidas, os quais podem não ser integralmente cumpridos. Consideramos esse tema como área de foco para a auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na determinação da provisão para perdas esperadas em créditos de contas a receber pode resultar em variações substanciais entre essa estimativa e as perdas reais.	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto: • Efetuamos o entendimento do ambiente de controles internos relevantes ao processo de mensuração da provisão para créditos de contas a receber de clientes. • Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos e estimativas críticas adotadas no modelo utilizado pela diretoria para a determinação da provisão registrada. • Efetuamos, também, testes da integridade da base histórica de recebíveis utilizada para determinação do histórico real de perdas, bem como avaliamos a razoabilidade das taxas de perdas esperadas estimadas pela diretoria, por meio do reprocessamento dos dados por ela utilizados, incluindo a comparação com o efetivamente verificado em períodos anteriores. • Confrontamos, por meio de amostragem, as datas de vencimento dos recebíveis informadas na posição dos recebíveis em aberto com a correspondente documentação suporte. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida (Notas 3.1 (a), 11 (c), 11 (d), 11 (e) e 28.12) A Companhia e suas controladas possuem registrado em seu ativo intangível, ágios fundamentados em expectativas de rentabilidade	Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos relativos a esse assunto:

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
futuras e intangíveis de vida útil indefinida decorrentes de aquisição de negócios, no valor de R\$ 591.910 mil e R\$ 333.131 mil, respectivamente. A diretoria testa a redução ao valor recuperável do ágio pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida possa estar deteriorado utilizando o método do valor em uso. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida quando o valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC"), determinado pelo seu valor justo menos os custos de venda ou valor em uso, dos dois o maior, é inferior ao seu valor contábil. O valor justo é geralmente estimado pela diretoria usando modelos de fluxo de caixa descontado. As projeções de fluxo de caixa da diretoria utilizadas para estimar o valor recuperável dos ativos ou UGCs incluíram julgamentos e premissas significativas que, se alteradas, podem modificar significativamente as perspectivas de recuperabilidade de cada UGC, com consequente impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Isso envolve um grau de julgamento, subjetividade e esforço do auditor na execução de procedimentos e avaliação das projeções de fluxo de caixa e premissas significativas da diretoria. Além disso, o esforço de auditoria envolveu o uso de especialistas com habilidades e conhecimentos especializados.	- Entendemos os controles internos relevantes relacionados com a preparação dos fluxos de caixa descontados da unidade geradora de caixa à qual os ágios e os intangíveis de vida útil indefinida foram alocados. - Em conjunto com especialistas com habilidades e conhecimentos especializados, analisamos a razoabilidade e consistência do modelo de cálculo utilizado pela diretoria para preparar as projeções, bem como os dados e premissas utilizados na preparação dos fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento e estimativas de rentabilidade, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e taxas de desconto, considerando na nossa avaliação o custo de capital para a Companhia e organizações comparáveis. - Testamos a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa. - Efetuamos análise de sensibilidade para as principais premissas das projeções, para avaliar os resultados em diferentes cenários possíveis. - Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor

adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Ser Educacional S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 25 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Catarina de Araújo Costa Baptista
Contadora CRC 1PE016970/O-5

Ser Educacional S.A.

Ser Educacional S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanço patrimonial	02
Demonstração do resultado	03
Demonstração do resultado abrangente.....	04
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	05
Demonstração dos fluxos de caixa	06
Demonstração do valor adicionado	07
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	08

Ser Educacional S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
		31 de	31 de	31 de	31 de			31 de	31 de	31 de	31 de
Ativo	Nota explicativa	dezembro de 2025	dezembro de 2024	dezembro de 2025	dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	dezembro de 2025	dezembro de 2024	dezembro de 2025	dezembro de 2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	44.360	178.953	261.932	370.728	Fornecedores		13.361	17.871	28.706	41.799
Caixa restrito	8.1			18.876	7.615	Empréstimos e financiamentos	15	84.138	170.134	84.138	170.134
Contas a receber	9	290.897	263.500	564.165	545.054	Instrumentos financeiros derivativos - swap	15.a	6.949	6.850	6.949	6.850
Tributos a recuperar	10	10.654	26.843	34.663	42.053	Debêntures	15.1	167.527	122.349	167.527	122.349
Partes relacionadas	23.a	7.686	18.786		163	Salários e encargos sociais	16	84.219	76.681	139.911	132.704
Outros créditos		17.936	10.002	35.842	20.521	Tributos a recolher	10	7.663	8.172	25.248	24.662
		371.533	498.084	915.478	986.134	Compromissos a pagar	14			61.832	99.239
						Obrigações de arrendamento	12.2	43.248	34.002	81.272	66.511
						Partes relacionadas	23.a		407		
						Dividendos a pagar	17.f	61.114		61.114	
						Outras obrigações		23.026	27.756	68.549	66.616
								491.245	464.222	725.246	730.864
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	15	54.124	110.017	54.124	110.017
Contas a receber	9	21.603	15.295	32.780	23.567	Instrumentos financeiros derivativos - swap	15.a		1.392		1.392
Depósitos e bloqueios judiciais		18.274	16.411	24.453	21.720	Debêntures	15.1	410.646	561.833	410.646	561.833
Ativos de indenização	24			9.318	9.318	Obrigações de arrendamento	12.2	382.463	393.696	666.032	717.996
Fundo garantidor FIES	9.h	43.267	32.978	87.333	68.494	Compromissos a pagar	14			60.216	89.801
Títulos e valores mobiliários	8	50	50	834	763	Tributos a recolher	10	213	426	539	1.049
Tributos a recuperar	10			5.482	5.482	Provisão para contingências	24	6.102	15.400	25.984	34.671
Tributos diferidos	22.d	8.291	8.160	24.139	22.755	Outras obrigações		6.996		13.419	
Outros créditos		975	3.254	5.088	4.774			860.544	1.082.764	1.230.960	1.516.759
Caixa restrito	8.1			59.077	63.963						
Investimentos	6.a	1.534.846	1.454.468			Patrimônio líquido					
Imobilizado	13	258.188	272.471	433.639	455.975	Capital social	17.a	987.549	987.549	987.549	987.549
Direito de uso	12.1	331.776	345.374	570.886	634.547	Reserva de capital	17.b	4.446	10.088	4.446	10.088
Intangível	11	105.838	108.905	1.130.551	1.158.595	Reserva de lucros	17.c e 17.d	357.889	224.174	357.889	224.174
		2.323.108	2.257.366	2.383.580	2.469.953	Ações em tesouraria	17.e	(7.032)	(13.347)	(7.032)	(13.347)
								1.342.852	1.208.464	1.342.852	1.208.464
Total do ativo		2.694.641	2.755.450	3.299.058	3.456.087	Total do passivo e patrimônio líquido		2.694.641	2.755.450	3.299.058	3.456.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	2025	2024	2025	2024
Receita líquida dos serviços prestados	18	1.174.664	1.022.442	2.216.531	1.981.354
Custo dos serviços prestados	19	(408.443)	(393.392)	(904.993)	(887.127)
Lucro bruto		766.221	629.050	1.311.538	1.094.227
Despesas comerciais	20.a	(64.529)	(69.805)	(140.122)	(151.262)
Despesas gerais e administrativas	20.a	(331.262)	(318.263)	(689.121)	(640.459)
Outras despesas operacionais, líquidas	20.b	(26.784)	(45.474)	(37.634)	(63.577)
Participação nos resultados de controladas	6.a	52.965	(32.694)		
Lucro operacional		396.611	162.814	444.661	238.929
Receitas financeiras	21	68.848	66.124	103.401	92.181
Despesas financeiras	21	(251.153)	(229.414)	(317.322)	(317.479)
Resultado financeiro		(182.305)	(163.290)	(213.921)	(225.298)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		214.306	(476)	230.740	13.631
Correntes	22.c		(2.228)	(17.688)	(13.842)
Diferidos	22.d	130	1.542	1.384	(951)
Imposto de renda e contribuição social		130	(686)	(16.304)	(14.793)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		214.436	(1.162)	214.436	(1.162)
Atribuível a					
Acionistas da Controladora		214.436	(1.162)	214.436	(1.162)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação no final do exercício (em milhares)				127.330	127.490
Lucro líquido (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Controladora durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				1,68	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	214.436	(1.162)
Resultado abrangente do exercício	214.436	(1.162)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora									
Nota Explicativa	Capital social		Reserva de capital	Reserva de lucros			Ações em tesouraria	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissões de ações	Plano de concessão de ações	Legal	Retenção	Dividendos propostos			
Em 1º de janeiro de 2024	991.644	(4.095)		73.218	152.118		(3.398)		1.209.487
Prejuízo do exercício								(1.162)	(1.162)
Dividendos complementares propostos					(19.607)	19.607			
Ações em tesouraria adquiridas							(9.949)		(9.949)
Plano de concessão de ações			10.088						10.088
Absorção do prejuízo do exercício					(1.162)			1.162	
Em 31 de dezembro de 2024	991.644	(4.095)	10.088	73.218	131.349	19.607	(13.347)		1.208.464
Lucro líquido do exercício								214.436	214.436
Constituição da reserva legal	17.c			10.722				(10.722)	
Transações com remuneração baseada em ações	17.e		(8.402)				6.315		(2.087)
Plano de concessão de ações	17.b		2.760						2.760
Pagamento de dividendos	17.f					(19.607)			(19.607)
Distribuição de dividendos	17.f							(61.114)	(61.114)
Constituição da reserva de retenção de lucros	17.d				142.600			(142.600)	
Em 31 de dezembro de 2025	991.644	(4.095)	4.446	83.940	273.949		(7.032)		1.342.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição		214.306	(476)	230.740	13.631
Ajustes de					
Depreciação e amortização	11 a 13	116.580	108.329	224.640	222.434
Provisão (reversão) para contingências	20.b	(2.357)	7.038	(1.745)	7.915
Participação no resultado de controladas	6.a	(52.965)	32.694		
Ajuste a valor presente do contas a receber	9.g	8.265	(1.894)	13.887	582
Ajuste a valor presente de compromissos a pagar	14			367	3.837
Provisão para perdas esperadas com créditos	20.a	114.388	101.426	217.432	197.746
Plano de concessão de ações	17.b	2.760	10.088	2.760	10.088
Perda com baixa de ativos e passivos não circulantes	11 a 13	10.294	14.841	12.030	17.068
Baixa por impairment	11.e		10.625		20.562
Ajuste de preço de compromissos a pagar	14			(567)	(2.167)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários			(2.389)		(3.300)
Ajuste de marcação a mercado	21	312	(6.639)	312	(6.639)
Juros e variações monetárias, líquidas	21	170.174	151.876	209.261	194.508
		581.757	425.519	909.117	676.265
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber Ex Fies e Ex Ser Solidário	9	(139.010)	(133.314)	(238.551)	(261.835)
Contas a receber Fies	9	(10.086)	10.574	(12.101)	26.503
Contas a receber Ser Solidário	9	(11.909)	(4.170)	(22.674)	(7.347)
Contas a receber antecipação de recebíveis - Pravalor	9	14.574	7.497	31.482	16.199
Tributos a recuperar	10	16.189	(14.459)	7.390	(15.106)
Outros ativos		(29.310)	2.500	(55.078)	19.329
Fornecedores		(4.510)	2.674	(13.093)	1.125
Salários e encargos sociais	16	7.538	7.341	7.207	11.133
Tributos a recolher		(9.751)	(3.002)	(22.098)	(15.450)
Tributos a recolher - combinação de negócios					(14.500)
Outras obrigações		2.267	6.790	15.339	19.007
Caixa gerado pelas atividades operacionais		417.749	307.950	606.940	455.323
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	15	(131.491)	(123.058)	(131.491)	(123.058)
Juros pagos sobre arrendamentos	12.2	(41.074)	(41.451)	(78.174)	(79.399)
Juros pagos sobre aquisição de controladas	14			(11.613)	(9.263)
Imposto de renda e contribuição social pagos				(4.544)	(3.083)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		245.184	143.441	381.118	240.520
Atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários			(302.109)		(432.687)
Resgates de títulos e valores mobiliários			368.018		514.277
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	6.b	(122.423)	(113.822)		
Lucros recebidos de subsidiárias	6.b	95.010	12.697		
Adições ao imobilizado	13	(28.910)	(41.285)	(48.965)	(76.859)
Adições ao intangível	11	(32.302)	(34.517)	(43.118)	(47.334)
Pagamento de aquisição de controladas	14			(63.526)	(59.300)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(88.625)	(111.018)	(155.609)	(101.903)
Atividades de financiamento					
Captação de debêntures	15.1		297.975		297.975
Amortização de principal das debêntures	15.1	(107.143)	(28.571)	(107.143)	(28.571)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos	15.b	(139.969)	(184.535)	(139.969)	(184.677)
Amortização de arrendamentos	12.2	(35.126)	(28.458)	(67.749)	(59.885)
Pagamento de partes relacionadas		(362.271)	(296.947)		
Recebimento de partes relacionadas		372.964	280.323	163	1.951
Aquisição de ações em tesouraria	17.e		(9.949)		(9.949)
Dividendos pagos aos acionistas da companhia		(19.607)		(19.607)	
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		(291.152)	29.838	(334.305)	16.844
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(134.593)	62.261	(108.796)	155.461
Caixa e equivalentes a caixa					
No início do período		178.953	116.692	370.728	215.267
No final do período		44.360	178.953	261.932	370.728
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(134.593)	62.261	(108.796)	155.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas					
Receita de serviços	18	2.732.516	2.335.408	5.078.835	4.432.039
Provisão para perdas esperadas com créditos	9.f	(114.388)	(101.426)	(217.432)	(197.746)
Deduções da receita	18	(1.513.590)	(1.277.215)	(2.774.614)	(2.376.533)
		1.104.538	956.767	2.086.789	1.857.760
Insumos adquiridos de terceiros					
Serviços prestados por pessoas física e jurídica	19 e 20	(83.175)	(75.536)	(204.996)	(191.475)
Energia elétrica, água e telefone	19	(21.478)	(25.025)	(45.801)	(51.765)
Publicidade e propaganda	20	(64.529)	(69.805)	(140.122)	(151.262)
Materiais de expediente	20	(7.439)	(9.167)	(15.821)	(18.425)
Outros	19 e 20	(59.537)	(81.569)	(135.757)	(159.506)
		(236.158)	(261.102)	(542.497)	(572.433)
Valor adicionado bruto		868.380	695.665	1.544.292	1.285.327
Depreciação e amortização	19 e 20	(116.580)	(108.329)	(224.640)	(222.434)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		751.800	587.336	1.319.652	1.062.893
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	21	69.549	67.038	105.253	94.434
Participações nos resultados de controladas	6.a	52.965	(32.694)		
Valor adicionado total a distribuir		874.314	621.680	1.424.905	1.157.327
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos sociais		(282.376)	(277.874)	(637.894)	(600.155)
Remuneração direta		(230.001)	(231.821)	(542.630)	(510.831)
Benefícios		(25.808)	(22.307)	(44.230)	(39.364)
FGTS		(26.567)	(23.746)	(51.034)	(49.960)
Impostos, taxas e contribuições		(114.147)	(105.690)	(235.428)	(219.709)
Tributos federais		(70.629)	(70.671)	(153.902)	(151.138)
Tributos municipais		(43.518)	(35.019)	(81.526)	(68.571)
Remuneração de capitais de terceiros		(263.355)	(239.278)	(337.147)	(338.625)
Juros	21	(224.836)	(195.056)	(265.163)	(239.198)
Aluguéis	19	(12.202)	(9.863)	(19.825)	(21.144)
Outros	21	(26.317)	(34.359)	(52.159)	(78.283)
Remuneração de capitais próprios		(214.436)	1.162	(214.436)	1.162
(Lucro líquido) prejuízo do exercício		(214.436)	1.162	(214.436)	1.162
Valor adicionado distribuído		(874.314)	(621.680)	(1.424.905)	(1.157.327)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações gerais

1 Contexto operacional

A Ser Educacional S.A. (“Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) têm como atividades principais o desenvolvimento e administração de atividades nas áreas de ensino superior, de graduação presencial e digital, pós-graduação, educação profissional e outras áreas associadas à educação e à participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades empresariais no Brasil.

O Grupo possui 35 empresas constituídas, sendo 29 sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada e 6 sob a forma de sociedades anônimas. No setor de educação, possui 60 campi em operação, distribuídos em 48 credenciamentos em atividades, sendo 2 universidades, 22 centros universitários e 24 faculdades, além de 736 polos de ensino à distância em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com a presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados.

O Grupo está presente em todos os 26 estados da federação e no Distrito Federal, com uma base consolidada de aproximadamente 343,5 mil alunos (não auditada), por meio das quais oferece 1.974 cursos (não auditado), através dos campi e dos polos de ensino à distância, operando sob as seguintes marcas:

- UNINASSAU – Centro Universitário Maurício de Nassau;
- UNINABUCO – Centro Universitário Nabuco;
- UNG – Universidade Guarulhos;
- UNAMA – Universidade da Amazônia;
- UNIVERITAS – Centro Universitário Universus Veritas;
- UNINORTE – Centro Universitário do Norte;
- UNIFACIMED – Centro Universitário de Ciências Biomédicas de Cacoal;
- UNIJUAZEIRO – Centro Universitário de Juazeiro do Norte;
- UNESC – Sociedade Educacional de Rondônia;
- UNIFASB – Centro Universitário São Francisco de Barreiras;
- UNI7 – Centro Universitário 7 de Setembro;
- CDMV – Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária;
- Centro Universitário FAEL;
- Faculdades UNINASSAU;
- Faculdades UNINABUCO; e
- Escolas Técnicas Joaquim Nabuco e Maurício de Nassau.

O Grupo ainda possui as marcas GOKURSOS, BEDUKA, CONECTA (DELÍNEA e PROVA FÁCIL) e Peixe 30, representadas por edtechs, que atuam no setor de marketplace de cursos, apoio online a alunos que desejam entrar no ensino superior, produção de conteúdo, gestão de provas e rede profissional que facilita o networking com profissionais e recrutadores, respectivamente.

O Grupo opera ainda, no setor de medicina humana e veterinária, através de clínicas e de hospitais veterinários, envolvendo as marcas CDO, CDM, DOK e PLANTÃO VETERINÁRIO, e no setor financeiro através da fintech b.Uni, oferecendo contas digitais e produtos e serviços financeiros a correntistas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Recife, Estado de Pernambuco. É listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código SEER3, onde negocia suas ações ordinárias. Em novembro de 2025, a *Fitch Ratings* emitiu parecer do *rating* de longo prazo em escala nacional da Companhia mantendo em “AA(bra)”, com perspectiva estável.

Novos cursos de medicina

A Companhia obteve aprovações de novas vagas para o curso de medicina junto ao Ministério da Educação - MEC, nos termos da legislação aplicável ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Parte dessas vagas teve sua abertura viabilizada por decisões judiciais provisórias, enquanto os respectivos processos administrativos seguem em análise pelo MEC.

O tema foi objeto de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal - STF no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81, cujo voto relator foi decidido por maioria do pleno do STF em 4 de junho de 2024 e teve seu acórdão publicado em 13 de fevereiro de 2026. O STF declarou constitucional o regime previsto na Lei nº 12.871/2013 (Programa Mais Médicos), estabelecendo que a abertura de novos cursos e a ampliação de vagas devem ocorrer por meio de chamamento público promovido pelo MEC, ressalvadas situações já consolidadas por decisões judiciais e atos autorizativos.

A efetividade das autorizações e a quantidade de vagas permanecem condicionadas à análise técnica do MEC e, até 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha pedidos de credenciamento de cursos de medicina que se encontram em diferentes estágios processuais, incluindo:

- 6 autorizações definitivas expedidas pelo MEC, cujas atividades acadêmicas foram iniciadas entre o 2º semestre de 2024 e o 1º semestre de 2025;
- 1 processo administrativo em fase recursal;
- 1 processo judicial de expansão de vagas; e
- 6 processos judiciais em tramitação.

Dos 6 processos judiciais em tramitação, a Companhia iniciou, em 2024, atividades acadêmicas em dois processos, nas cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, com base em decisão judicial provisória. Posteriormente:

- O MEC indeferiu administrativamente os respectivos pedidos de credenciamento;
- O Tribunal Regional Federal determinou, em 4 de fevereiro de 2025, a suspensão da realização de novos processos seletivos até decisão final dos recursos; e
- As turmas já iniciadas permanecem em funcionamento por força de decisões judiciais ainda não transitadas em julgado.

Todos os 8 processos seguem em tramitação nas esferas administrativa ou judicial, inexistindo decisão definitiva até 31 de dezembro de 2025.

Programa Mais Médicos 3 – Edital nº 01/2023

Em 31 de janeiro de 2025, o MEC divulgou o resultado preliminar da primeira fase do Edital nº 01/2023 relacionado ao Programa Mais Médicos 3, no qual a Companhia teve 21 propostas classificadas que permaneceram em análise técnica até 31 de dezembro de 2025.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A homologação não implica autorização automática para funcionamento, estando a implantação condicionada à expedição de atos autorizativos formais e ao cumprimento integral das exigências regulatórias.

Não há garantia de que todas as propostas classificadas resultarão em autorização definitiva, tampouco de que os cronogramas originalmente projetados serão mantidos. Assim, os investimentos previstos necessários para implantação poderão ser revistos ou postergados em função de decisões regulatórias supervenientes.

Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED)

Em abril e junho de 2025, o Ministério da Educação (MEC) e o INEP instituíram e regulamentaram o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (ENAMED), como modalidade específica do ENADE aplicável aos cursos de medicina, com aplicação anual e participação obrigatória dos estudantes concluintes.

O exame tem como principais objetivos:

- Aferir o desempenho dos concluintes em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs);
- Avaliar competências profissionais alinhadas às necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Fornecer subsídios para políticas públicas relacionadas à formação médica; e
- Subsidiar processos seletivos de residência médica no âmbito do Exame Nacional de Residência (ENARE).

Os resultados do ENAMED passam a integrar o sistema oficial de avaliação da educação superior e poderão influenciar processos regulatórios relacionados a supervisão, renovação de reconhecimento, ampliação de vagas e autorização de novos cursos, conforme critérios do MEC, além de poderem ser utilizados como critério em processos seletivos de residência médica (ENARE), de que trata a Portaria MEC nº 329, de 23 de abril de 2025, conforme editais a serem divulgados pelo Inep e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH.

A Administração avalia que a instituição do ENAMED representa alteração relevante no ambiente regulatório da formação médica, podendo impactar a dinâmica de supervisão e expansão dos cursos, estando seus efeitos sendo continuamente monitorados. A Companhia foi notificada dos resultados preliminares pelo sistema e-MEC, todavia, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, aguarda os resultados oficiais finais da avaliação.

Novo marco regulatório do EAD

Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Portaria nº 2.041/2023, que suspendeu temporariamente os processos de autorização de cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EAD) por 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas regras dentro de um novo marco regulatório. Essa interrupção do andamento foi sucessivamente prorrogada por meio de outras portarias emitidas pelo MEC, até a assinatura do decreto nº 12.456/2025, em 19 de maio de 2025, e a publicação das Portarias MEC nº 379/2025 e nº 381/2025. O novo decreto revoga o decreto nº 9.057/2017, contudo, mantém parte das regras existentes na nova regulamentação. Dentre as novas regras são destacadas as seguintes alterações:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Altera o termo “modalidade de ensino” para “formatos de oferta”, com a previsão dos formatos: “curso presencial”, “curso semipresencial” e “curso a distância”;
- Prevê que todos os cursos podem ser ofertados no formato semipresencial, com exceção dos cursos regulados (Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia), e a vedação do EAD para as áreas da Saúde e Engenharias, permitido apenas nos formatos Presencial e Semi Presencial;
- Altera a caracterização da educação a distância, que passa a ser o processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos:
 - Conceitua a atividade síncrona mediada como atividade síncrona realizada com participação de grupo de até setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico e controle de frequência dos estudantes; e
 - Conceitua a atividade assíncrona como atividade de educação a distância na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares e tempos diversos.
- Alteração da carga horária (assíncrona, síncrona e presencial) da seguinte forma:

Formatos de ofertas	Área/Curso	Carga horária (mínima)		
		Presencial	Síncrona mediada	Assíncrona (EAD)
Presencial	Medicina	100%	N/A	N/A
	Demais	70%	N/A	N/A
Semipresencial	Saúde e engenharias	30%	20%	N/A
	Licenciaturas	50%	N/A	50%
EAD	Todas	10%	10%	N/A

- Criou a figura do mediador pedagógico para auxiliar o corpo docente. O mediador pedagógico deve ter formação acadêmica compatível e exercerá atividade educacional de mediação pedagógica em processos de ensino e aprendizagem; e
- As instituições de ensino terão 2 anos para se adaptar às novas regras.

1.1 Base de preparação e declaração de conformidade

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em conformidade com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting *Standards*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as práticas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de elaboração

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumariadas na Nota 28.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos de combinação de negócios mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que dispõe de recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo emitidas após sua aprovação pelo Conselho de Administração e revisão pelo Conselho Fiscal, em 25 de março de 2026.

1.2 Administração de recursos financeiros

O Grupo administra a necessidade de recursos em caixa único controlado pela Central de Serviços Compartilhados (CSC) em Recife, alocando a necessidade de capital entre a controladora e as controladas.

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 119.712 (positivo em R\$ 33.862 em 31 de dezembro de 2024). A variação observada decorre, principalmente, de compromissos financeiros de curto prazo assumidos em razão de investimentos voltados ao aprimoramento da infraestrutura educacional e ao desenvolvimento de todas as empresas do grupo, bem como da constituição de dividendos a pagar. No consolidado, em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido apresentava saldo positivo no montante de R\$ 190.232 (positivo em R\$ 255.270 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia adota regularmente medidas consistentes para o fortalecimento de sua posição de capital de giro, com foco na otimização da gestão de recebíveis, controle rigoroso de custos operacionais e celebração de parcerias estratégicas que reforcem a sustentabilidade financeira do Grupo. Tais iniciativas são essenciais para garantir a continuidade e a excelência na prestação de nossos serviços educacionais.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito contábil da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 do Grupo.

1.4 Fatores de riscos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração avaliou potenciais efeitos das mudanças climáticas, conflitos (Ucrânia e Israel), reforma tributária e custos de transição para uma economia de baixo carbono e não identificou impactos potenciais negativos.

2 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 ou após essa data não impactaram o Grupo.

Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia informa que essas alterações não tiveram impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

2.1 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- (i) Orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*;

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting (cash flow hedge)*; e
- (iii) Divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. O Grupo está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado;
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial;
- O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1; e
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis.

A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

- Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Riscos

3 Estimativas, julgamentos e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Anualmente, no final do exercício, ou antes disso se houver indicativos, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e nas licenças de cursos que são intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 28.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, elaboradas por especialistas internos e revisadas pela Administração, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (que incluem, dentre outros um período explícito de 5 anos mais perpetuidade, e levam em consideração estimativa de taxa de desconto e de crescimento de receitas) conforme detalhamento na Nota 11 (e).

As licenças referem-se aos certificados obtidos junto aos órgãos reguladores para que as atividades de ensino possam ser exercidas e elas são emitidas em caráter definitivo, sendo por isso tratadas como vida útil indefinida.

Se uma possível e razoável mudança em uma premissa-chave sobre a qual a administração tenha baseado sua determinação de valor recuperável puder resultar em valor contábil superior ao seu valor recuperável, o Grupo deverá divulgar:

- (i) o montante pelo qual o valor recuperável da unidade excede seu valor contábil;
- (ii) o valor sobre o qual está assentada a premissa-chave; e
- (iii) o novo valor sobre o qual deve estar assentada a premissa-chave, após a incorporação de quaisquer efeitos derivados dessa mudança em outras variáveis utilizadas para mensurar o valor recuperável, a fim de que o valor recuperável da unidade fique igual ao seu valor contábil.

(b) Provisão para contingências

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões para contingências (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (Nota 24).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para serem utilizados. A Administração, fundamentada em projeções de lucros tributáveis futuros, baseadas em premissas e estimativas de performance operacional e variáveis macroeconômicas, revisa periodicamente a capacidade de recuperação desses ativos. A realização desses ativos está sujeita ao atingimento desses lucros, podendo sofrer variações em caso de alterações nas premissas de mercado ou no desempenho das unidades de negócio.

(d) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

O Grupo efetua análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber. Esta avaliação requer julgamentos consideráveis por parte da diretoria da Companhia. Esse processo abrange diversas premissas e fatores, como a renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e a análise do ambiente macroeconômico e setorial. Considerando os riscos envolvidos, a Administração, ao identificar evidência objetiva de perda, registra provisão para perda, conforme diretrizes do CPC 48/IFRS 9 (Nota 9(f)).

(e) Intangíveis de vida útil definida

O Grupo possui intangíveis identificados oriundos de combinações de negócios ou adquiridos, sendo eles licenças, carteira de clientes e marcas, que possuem vida útil definida. No caso das marcas e carteira de clientes entende-se que, sua vida útil é aproximada ao ciclo de entrada e saída dos alunos, ou seja, de 4 a 5 anos. A estimativa de vida útil para determinados ativos intangíveis é feita pela Administração com base no seu histórico e experiência no setor com relação ao uso desses intangíveis.

Anualmente, ou antes disso se houver indicativos, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) nos intangíveis identificados que possuem vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 28.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

(f) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos financeiros que fazem parte das operações do Grupo, são avaliados e reconhecidos no registro inicial os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor da moeda no tempo e as incertezas a eles associadas.

(g) Taxa Incremental dos arrendamentos

A determinação dessa taxa envolve elevado grau de julgamento e deve considerar, entre outros fatores, o risco de crédito do arrendatário, o prazo do contrato de arrendamento, a natureza e a qualidade das garantias oferecidas, bem como o ambiente econômico no qual a transação é realizada. O processo de apuração da taxa baseia-se, preferencialmente, em informações observáveis no mercado, a partir das quais são efetuados os ajustes necessários para se determinar a taxa incremental de empréstimo da Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos estes não negociados em mercados ativos.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis

(a) Prazos de arrendamentos

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas.

Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de prédios e salas os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que o Grupo irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que o Grupo irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento; e
- Adicionalmente, o Grupo considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

4 Gestão de risco

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros), risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, inclusive tendo como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a riscos cambiais.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, que identifica, avalia e protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração aprova e revisa a efetividade da política de gestão de risco, bem como monitora os controles junto às áreas específicas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações financeiras futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimo de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco regulatório	Licenças de cursos, PROUNI FIES	Análise das políticas educacionais	Acompanhamentos regulatórios e disponibilidade de vagas nos programas.

(a) Risco de mercado

Taxa de juros

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancários (CDI). O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, avaliando cenários e levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, o Grupo monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado (Nota 4.3).

Câmbio

O Grupo utiliza operações de swap para se proteger contra a exposição ao risco cambial. A Administração estabeleceu uma política para gerenciamento do risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações expostas ao risco cambial são protegidas por suas posições via operações de *hedge*.

O risco cambial ocorre quando operações financeiras futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger 100% dos seus ativos e passivos financeiros pelo prazo do contrato ou no mínimo pelos 12 meses subsequentes de acordo com a classe do ativo, através de operações cambiais com taxas pré-fixadas para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Em sua política, os termos essenciais dos contratos e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e créditos mantidos em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de vendas do Grupo está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação da carteira de recebíveis e a seletividade dos alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Na modalidade presencial, o Grupo tem parte dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que vem diminuindo a cada semestre em função da redução na oferta de bolsas pelo Governo Federal e formatura dos alunos antigos.

O Grupo mantém registrada provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

A Administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota 9(f), que demonstra também a movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos no período.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo concentra os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com instituições financeiras e fundos de investimentos com rating institucional mínimo de brBBB, pela Standard & Poors, BBB(br), pela Fitch Ratings, e Baa1.br, pela Moody's.

(c) Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem aos fluxos de caixa não descontados e projetados conforme taxas contratuais.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	13.361			
Empréstimos e financiamentos	102.313	60.068		
Debêntures	238.991	260.054	260.054	
Obrigações de arrendamento	82.771	80.189	219.460	236.586
Parcelamento de tributos	213	213		
	<u>437.649</u>	<u>400.524</u>	<u>479.514</u>	<u>236.586</u>
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	17.871			
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	
Debêntures	193.301	225.122	491.552	
Obrigações de arrendamento	74.423	75.288	212.942	287.821
Parcelamento de tributos	479	213	213	
	<u>484.123</u>	<u>393.867</u>	<u>735.379</u>	<u>287.821</u>
	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	28.706			
Empréstimos e financiamentos	102.313	60.068		
Debêntures	238.991	260.054	260.054	
Obrigações de arrendamento	153.752	151.326	388.175	410.023
Parcelamento de tributos	456	357	182	
Compromissos a pagar	61.832	45.891	14.325	
	<u>586.050</u>	<u>517.696</u>	<u>662.736</u>	<u>410.023</u>
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	41.799			
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	
Debêntures	193.301	225.122	491.552	
Obrigações de arrendamento	142.987	145.765	401.041	512.812
Parcelamento de tributos	850	430	468	5
Compromissos a pagar	99.239	33.963	55.838	
	<u>676.225</u>	<u>498.524</u>	<u>979.571</u>	<u>512.817</u>

(d) Risco regulatório

A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional pelo Grupo serve de instrumento para a tomada de decisão da gestão administrativa e financeira da instituição, visando melhorar seu desempenho pela identificação de oportunidades de ganhos e impactos de perdas. O Grupo realiza análise periódica de riscos regulatórios com o objetivo de mitigar ou minimizar seus impactos, principalmente no que diz respeito à disponibilização das vagas relativas ao PROUNI e ao FIES, à aplicação das regras desses programas e ao monitoramento e acompanhamento das manutenções, ou seja, da renovação de autorização para a continuidade dos cursos oferecidos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em relação ao novo marco regulatório do EAD (Nota 1), após análise detalhada realizada pelo Grupo, constatou-se que as alterações propostas apresentam significativa relevância para o setor, porém, exercem impacto limitado sobre as operações e os resultados operacionais da Companhia. Nos últimos três anos, o Grupo vem promovendo a readequação do portfólio de polos de EAD, com uma quantidade reduzida de alunos, além de estabelecer uma carga horária presencial nos cursos de engenharias e saúde muito próximas do novo marco regulatório. A receita bruta proveniente do EAD representa menos de 10% da receita bruta do Grupo.

Quanto ao ENAMED, a Administração avalia que sua criação representa alteração relevante no ambiente regulatório da formação médica, podendo impactar a dinâmica de supervisão e expansão dos cursos, estando seus efeitos sendo continuamente monitorados. Todavia, ainda há incerteza sobre determinadas definições regulatórias e eventuais efeitos provenientes dessas definições poderão ser corrigidos e não resultarem em impactos relevantes nas operações da Companhia.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, derivativos, debêntures, compromissos a pagar e obrigações de arrendamento, incluindo os saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito. A dívida líquida para fins de definição dos *covenants* financeiros dos contratos de empréstimos e financiamentos não considera os saldos de obrigações de arrendamentos na composição do endividamento.

Os índices de alavancagem financeira são apresentados conforme a seguir:

	Nota Explicativa	Consolidado	
		2025	2024
Empréstimos, financiamentos e derivativos	15	145.211	288.393
Debêntures a pagar	15.1	578.173	684.182
Compromissos a pagar	14	122.048	189.040
Obrigações de arrendamento	12.2	747.304	784.507
Caixa e equivalentes de caixa	8	(261.932)	(370.728)
Títulos e valores mobiliários	8	(834)	(763)
Caixa restrito por compromissos a pagar	8.1	(77.953)	(71.578)
Dívida líquida		1.252.017	1.503.053
Patrimônio líquido		1.342.852	1.208.464
Patrimônio líquido mais dívida líquida - Capital total		2.594.869	2.711.517
Índice de alavancagem financeira		48,2%	55,4%
Dívida líquida sem obrigações de arrendamento		504.713	718.546
Índice de alavancagem financeira sem obrigações de arrendamento		27,3%	37,3%

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Análise de sensibilidade adicional

Taxas de juros e inflação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2025, foram definidos cenários diferentes, utilizando as taxas de juros acumuladas nos últimos doze meses (Cenário Base) e, a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade dos indexadores CDI e IPCA em cada cenário.

Operações	Saldos	Cenários dos Indexadores 2025				
		Base	Elevação		Queda	
			Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Risco CDI - % anual		14,32%	17,90%	21,48%	10,74%	7,16%
Ativo						
Aplicações financeiras	241.553	34.590	43.238	51.886	25.943	17.295
Títulos e valores mobiliários	834	119	149	179	90	60
Passivo						
Debêntures	(578.173)	(82.794)	(103.493)	(124.192)	(62.096)	(41.397)
Financiamentos - Capital de Giro	(51.090)	(7.316)	(9.145)	(10.974)	(5.487)	(3.658)
Swap de empréstimo em moeda estrangeira	(94.121)	(13.478)	(16.848)	(20.217)	(10.109)	(6.739)
Compromissos a pagar	(4.114)	(589)	(736)	(884)	(442)	(295)
Risco IPCA - % anual		4,10%	5,13%	6,15%	3,08%	2,05%
Passivo						
Compromissos a pagar	(39.981)	(1.639)	(2.051)	(2.459)	(1.231)	(820)
Posição líquida		<u>(71.107)</u>	<u>(88.886)</u>	<u>(106.661)</u>	<u>(53.332)</u>	<u>(35.554)</u>

Considerando as projeções econômicas divulgadas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 16 de março de 2026 validadas por economistas do mercado financeiro, estima-se que tanto a taxa de inflação medida pelo IPCA quanto as taxas de juros medidas pelo CDI sejam mais próximas do cenário base.

Cambial

Em 31 de dezembro de 2025, se o real tivesse variado cerca de 5% em relação ao euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do período teria variado, para mais ou para menos, conforme tabela abaixo, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimo em moeda estrangeira mantido em euros, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em euros.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			Impacto no Resultado			
Operações	Saldo	Base	2025	2024		
Risco cambial - Moeda euro						
Empréstimos em moeda estrangeira	87.172	Alta 5% (Em 2024 5%)	4.359	7.244		
Cenários dos Indexadores 2025						
			Elevação	Queda		
Operações	Saldos	Base	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Risco cambial - Moeda euro						
Empréstimos em moeda estrangeira	87.172	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%	2,50%
		4.359	5.448	6.538	3.269	2.179

Informações por segmento

5 Avaliação das informações por segmento

O Grupo SER Educacional concentra a maior parte de suas operações na prestação de serviços de ensino superior. As atividades são organizadas e gerenciadas como uma única unidade de negócios, abrangendo tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância, oferecidos por canais distintos. Os cursos atendem diferentes perfis de estudantes, e a Administração não realiza uma segmentação gerencial ou contábil por modalidade de ensino ou área de atuação. As decisões sobre alocação de recursos e a avaliação do desempenho operacional são feitas de forma integrada, considerando toda a operação como um único segmento para fins de análise e reportes financeiros. Essa forma de gestão reflete a visão integrada da Administração, que adota uma abordagem consolidada para avaliar o desempenho, sem a necessidade de dividir controles ou decisões entre as diferentes modalidades de ensino.

Estrutura do Grupo

6 Controladas

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, sendo que para as contas do resultado, os valores apenas são consolidados a partir da data em que o controle foi adquirido pelo Grupo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 incluem as operações do Grupo e de sociedades controladas:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Educação	Diretas %		Indiretas %	
	2025	2024	2025	2024
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99		
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99		
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	99,99	99,99		
CETEB - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	99,99	99,99		
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	99,99	99,99		
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.			99,99	99,99
Colégio Cultural Módulo Ltda.			99,99	99,99
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.			99,99	99,99
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.			99,99	99,99
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.			99,99	99,99
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.			99,99	99,99
Centro de Educação Continuada Mauricio de Nassau Ltda.	99,99	99,99		
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	99,99	99,99		
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	99,99	99,99		
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	99,99	99,99		
Gokursos Inovações Educacionais S.A.			99,99	99,99
Starline Tecnologia Ltda.			99,99	99,99
Delínea Tecnologia Educacional Ltda.			99,99	99,99
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda.			99,99	99,99
Peixe 30 Tecnologia e Soluções Digitais Ltda.			99,99	99,99
CRIA - Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda.			99,99	99,99
Thesis Estratégias de Comunicação e Marketing Ltda. (i)			99,99	

Outros negócios	Diretas %		Indiretas %	
	2025	2024	2025	2024
SERMED - Medicina Humana e Veterinária Ltda.	99,99	99,99		
Clínica Veterinária CDMV Ltda.			99,99	99,99
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.			99,99	99,99
Plantão Veterinário Hospital Ltda.			99,99	99,99
Pet Shop Kero Kolo Ltda.			99,99	99,99
Policlinica Escola de Saude Uninassau Ltda.			99,99	99,99
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	99,99	99,99		
Uninassau Participações S.A.	99,99	99,99		
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	99,99	99,99		
Ser Finance Holding Financeira Ltda. (ii)	99,99			
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.		99,99	99,99	
Ser Finanças - Serviços Financeiros S.A.	99,99	99,99		

- (i) Empresa constituída em outubro de 2025 com o objetivo de desenvolver e executar ações de marketing, publicidade e propaganda junto aos veículos de comunicação; e
- (ii) Holding Financeira criada de modo a atender o disposto na Resolução CMN nº 4.970/2021.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Investimentos

(i) Controladas Diretas

					2025
Controladas Diretas	Equivalência patrimonial	Investimentos			Total
		Patrimônio líquido	Goodwill	Intangíveis identificados	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	48.301	732.374			732.374
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	(7.171)	339.503			339.503
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	52.916	311.957			311.957
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	14.586	55.136	1.043	467	56.646
SERMED - Medicina Humana e Veterinária Ltda.	(20.225)	22.526			22.526
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	(12.920)	17.721			17.721
Ser Finance Holding Financeira Ltda.	(12.375)	14.824			14.824
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	784	9.686			9.686
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	4.050	6.295			6.295
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	(2.410)	5.265			5.265
Ser Finanças - Serviços Financeiros S.A.	(2.476)	4.480			4.480
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	(4)	3.800			3.800
CETEBÁ - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	(4.051)	2.246			2.246
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	(6.001)	481			481
Uninassau Participações S.A.		477			477
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	(39)	337			337
Aquisição de Manutenções					
FADE - Faculdade Decisão			1.028	2.200	3.228
FACOCMA - Faculdades COC de Maceió				3.000	3.000
	52.965	1.527.108	2.071	5.667	1.534.846

					2024
Controladas Diretas	Equivalência patrimonial	Investimentos			Total
		Patrimônio líquido	Goodwill	Intangíveis identificados	
CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	(393)	644.427			644.427
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	25.599	331.051			331.051
3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A.	(16.800)	322.193			322.193
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	5.644	54.020	1.043	467	55.530
ABES - Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	(8.970)	23.606			23.606
SERMED Medicina Humana e Veterinária Ltda.	(23.048)	17.815			17.815
Centro de Educação Profissional BJ Ltda.	3.866	10.212			10.212
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	(4.201)	10.141			10.141
EDUCRED - Administradora de Crédito Educativo e Cobrança Ltda.	967	8.902			8.902
CETEBÁ - Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia Ltda.	(1.679)	6.297			6.297
Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	(3.329)	6.042			6.042
Ser Finanças - Serviços Financeiros Ltda.	(4.470)	6.036			6.036
Overdrives Coworking Escritórios Virtuais Ltda.	(355)	3.804			3.804
Centro de Educação Continuada Maurício de Nassau Ltda.	(5.341)	1.336			1.336
Uninassau Participações S.A.		475			475
Faculdade Joaquim Nabuco de São Lourenço da Mata Ltda.	(184)	373			373
Aquisição de Manutenções					
FADE - Faculdade Decisão			1.028	2.200	3.228
FACOCMA - Faculdades COC de Maceió				3.000	3.000
	(32.694)	1.446.730	2.071	5.667	1.454.468

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Controladas Indiretas

	2025				
	Investimentos				
	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Goodwill	Intangíveis identificados	Total
Controladas Indiretas					
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda.	3.912	41.823	133.176	91.431	266.430
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	17.113	56.066	131.563	23.320	210.949
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	36.184	58.456	68.522	58.820	185.798
Starline Tecnologia Ltda.	171	4.290	18.604	5.649	28.543
Gokursos Inovações Educacionais S.A.	8.069	24.521			24.521
Colégio Cultural Módulo Ltda.	1.633	16.198	3.191	2.633	22.022
Delínea Tecnologia Educacional Ltda.	713	7.091	6.124	7.805	21.020
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	(17.958)	3.640		11.117	14.757
Ser Finance Sociedade de Crédito Direto S.A.	(12.460)	14.624			14.624
Clínica Veterinária CDMV Ltda.	(1.985)	4.510	2.276	2.213	8.999
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	(4.874)	3.072		4.878	7.950
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	(301)	1.741		1.887	3.628
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	(105)	(180)	3.009		2.829
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	5	1.955			1.955
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	(287)	(53)		946	893
Policlínica Escola de Saúde Uninassau Ltda.	(2.105)	620			620
Sociedade Universitária Miletto Ltda.	(918)	536			536
Peixe 30 Tecnologia e Soluções Digitais Ltda.	(2.335)	85			85
Thesis Estratégias de Comunicação e Marketing Ltda.		10			10
CRIA - Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda.	(1)	9			9
Aquisição de Manutenças					
Sociedade Metodista Bennet				10.000	10.000
	24.471	239.014	366.465	220.699	826.178

	2024				
	Investimentos				
	Equivalência patrimonial	Patrimônio líquido	Goodwill	Intangíveis identificados	Total
Controladas Indiretas					
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A.	1.738	27.405	133.176	108.276	268.857
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	13.282	38.953	131.563	24.289	194.805
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	33.426	62.272	68.522	61.220	192.014
Starline Tecnologia S.A.	(1.463)	3.151	18.604	6.548	28.303
Delínea Tecnologia Educacional Ltda.	(1.306)	5.736	6.124	9.412	21.272
Colégio Cultural Módulo Ltda.	51	15.180	3.191	2.842	21.213
Gokursos Inovações Educacionais Ltda.	5.995	16.437			16.437
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	(19.759)	(851)		11.697	10.846
Clínica Veterinária CDMV Ltda.	(3.939)	3.392	2.276	2.353	8.021
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	(10.380)	(676)		5.834	5.158
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	255	1.376		1.941	3.317
Beduka Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.	(145)	(165)	3.009		2.844
Sociedade Universitária Miletto Ltda.	(697)	1.454			1.454
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	(292)	25		958	983
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	(208)	956			956
Policlínica Escola de Saúde Uninassau Ltda.	(1.661)	461			461
CRIA - Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais Ltda.	1	10			10
Peixe 30 Tecnologia e Soluções Digitais Ltda.	(2.410)	(135)			(135)
Aquisição de Manutenças					
Sociedade Metodista Bennet				10.000	10.000
	12.488	174.981	366.465	245.370	786.816

(iii) Sociedades Incorporadas

		2025		2024	
		Investimentos			
	Data de incorporação	Goodwill	Intangíveis identificados	Total	Total
Sociedades incorporadas diretas					
CESPI - Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	13/01/2023	8.662	4.404	13.066	13.066
SESPI - Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	13/01/2023	5.360	5.996	11.356	11.356
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	07/01/2022	3.521	2.700	6.221	6.221
ADEA - Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	30/04/2018	5.125		5.125	5.125
SECARGO - Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	07/07/2023	4.362		4.362	4.362
		27.030	13.100	40.130	40.130

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sociedades incorporadas indiretas	Data de incorporação	2025			2024
		Investimentos			Total
		Goodwill	Intangíveis identificados	Total	
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	30/06/2021	60.006	82.087	142.093	144.293
União de Ensino Superior do Pará - UNAMA Ltda.	31/12/2017	87.136	53.163	140.299	140.702
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	31/07/2020	43.882	56.367	100.249	101.641
Instituto Santareno de Educação Superior - FIT Ltda.	31/12/2017	5.320	7.600	12.920	12.920
		196.344	199.217	395.561	399.556

(b) Movimentação do saldo de investimento em empresas controladas:

A movimentação do saldo de investimento em empresas controladas foi a seguinte:

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	1.454.468	1.394.442
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	122.423	113.822
Participação nos resultados de controladas	52.965	(32.694)
Lucros recebidos de subsidiárias	(95.010)	(12.697)
Baixa por impairment		(8.405)
Saldo em 31 de dezembro	1.534.846	1.454.468

- (i) Trata-se, principalmente, dos AFAC's relativos às empresas CENESUP - Centro Nacional de Ensino Superior Ltda, SERMED - Medicina Humana e Veterinária Ltda, 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A e Ser Finance Holding Financeira Ltda. (a fim de atender à margem mínima de capital estabelecida em regulamento do BACEN na Sociedade de Crédito Direto).

Notas explicativas relevantes selecionadas

7 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos financeiros registrados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	1.627	3.118	20.379	12.189
Aplicações financeiras	42.733	175.835	241.553	358.539
Caixa restrito			77.953	71.578
Contas a receber de clientes	277.553	248.418	532.761	505.069
Contas a receber Educured, Pravalor e outros	34.947	30.377	64.184	63.552
Partes relacionadas	7.686	18.786		163
Depósitos e bloqueios judiciais	18.274	16.411	24.453	21.720
Fundo garantidor FIES	43.267	32.978	87.333	68.494
Outros créditos	18.911	13.256	40.930	25.295
	444.998	539.179	1.089.546	1.126.599
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	50	50	834	763
	445.048	539.229	1.090.380	1.127.362

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivos financeiros registrados ao custo amortizado				
Fornecedores	13.361	17.871	28.706	41.799
Empréstimos e financiamentos	138.262	280.151	138.262	280.151
Debêntures	578.173	684.182	578.173	684.182
Partes relacionadas		407		
Compromissos a pagar			44.095	117.462
Obrigações de arrendamento	425.711	427.698	747.304	784.507
Parcelamento de tributos	213	479	456	878
	<u>1.155.720</u>	<u>1.410.788</u>	<u>1.536.996</u>	<u>1.908.979</u>
Passivos financeiros registrado ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	6.949	8.242	6.949	8.242
	<u>6.949</u>	<u>8.242</u>	<u>6.949</u>	<u>8.242</u>
	<u>1.162.669</u>	<u>1.419.030</u>	<u>1.543.945</u>	<u>1.917.221</u>

Estimativa do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é próximo ao seu valor contábil, utilizando-se juros de mercado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se o custo de capital do Grupo, que se assemelha a taxa dos contratos efetuados.

Pressupõe-se que os saldos do contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação dos ativos e passivos contabilizados ao valor justo é realizada com base em diferentes níveis de avaliação. A seguir, são apresentadas as definições e características de cada um desses níveis:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam, quando aplicável, as premissas do mercado no que diz respeito a variações macroeconômicas, tais como o aumento das taxas de juros e da inflação, bem como alterações devido ao risco ESG;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e
- Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco ESG dá origem a um ajuste não observável significativo.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

- O valor justo dos swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com base em curvas de rendimento observáveis.

As informações relacionadas aos instrumentos financeiros de derivativos – *swap*, em 31 de dezembro de 2025, registrados a valor justo com efeito no resultado são:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Data de início	Data de vencimento	Principal contratado		Taxa contratada		Ponta ativa	Ponta passiva	Exposição líquida	Marcação a Mercado	Saldo em 2025	Resultado em 2025
		Em Euro	Em Reais	Original	Swap					Valor justo (acumulado)	Valor justo
07/01/2022	07/01/2027	31.182	200.000	Euro + 2,1647% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	87.372	93.040	(5.668)	(6.949)	(1.281)	(312)

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos de Nível 2 do Grupo mensurados ao valor justo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Títulos e valores mobiliários	50	50	834	763
Total do ativo	50	50	834	763
Passivo				
Derivativos usados para hedge (MTM e Swap)	6.949	8.242	6.949	8.242
Total do passivo	6.949	8.242	6.949	8.242

8 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Numerários em caixa	242	118	528	278
Bancos - conta corrente	1.385	3.000	19.851	11.911
Aplicações financeiras	42.733	175.835	241.553	358.539
Caixa e equivalentes de caixa	44.360	178.953	261.932	370.728
Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários	50	50	834	763
	44.410	179.003	262.766	371.491

O caixa e equivalentes de caixa consiste em numerário disponível no Grupo, saldos mantidos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez diária de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor (mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo). Esses recursos foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R3) / IAS 7.

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB –, por compromissadas e fundos de investimentos de renda fixa, com papéis indexados ao DI e com carteiras majoritariamente aplicadas em títulos públicos com liquidez imediata e baixo risco para o Grupo, conforme demonstrado a seguir:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tipo	Remuneração média	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
CDB	99,9% do CDI (101,4% do CDI em 2024)	21.964	44.725	188.899	216.871
Compromissadas (i)	92,8% do CDI (93,5% do CDI em 2024)	20.699	84.584	37.639	85.149
Fundos de Investimentos	99,9% do CDI (101,0% do CDI em 2024)	52	6.452	68	6.465
Letra Financeira do Tesouro	101,0% do CDI (106,0% do CDI em 2024)	18	18	14.947	9.999
Letra Financeira	101,0% do CDI (101,0% do CDI em 2024)		40.056		40.055
	Aplicações financeiras	42.733	175.835	241.553	358.539
Não Circulante					
Conta Capital		50	50	834	763
	Títulos e valores mobiliários	50	50	834	763

- (i) As aplicações em compromissadas não têm a incidência do IOF e são realizadas pelo montante em caixa, principalmente referente a recebimentos realizados no final do último dia do mês, que será utilizado nos primeiros dias do mês subsequente.

8.1 Caixa restrito

Refere-se ao contrato que a Companhia assinou para o fechamento da operação de aquisição da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A. – FAEL em 14 de janeiro de 2022, com o pagamento de R\$ 289.834, dos quais R\$ 70.000 foram retidos em conta vinculada (*escrow account*) junto ao Banco Santander S.A., que estão sendo liberados ao longo de 5 anos de acordo com cronograma definido em contrato, a partir de 14 de janeiro de 2023. A movimentação e o saldo atual do caixa restrito são apresentados a seguir:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	71.578	65.343
Juros incorridos	6.375	6.809
Liberações		(574)
Em 31 de dezembro	77.953	71.578
(-) Circulante	(18.876)	(7.615)
Não circulante	59.077	63.963

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mensalidades de alunos (a)	317.163	271.182	585.651	542.496
FIES a receber (b)	42.753	32.667	80.052	67.951
Acordos a receber (c)	48.702	38.105	96.109	81.373
Créditos educativos a receber (d)	42.443	35.188	74.028	70.440
Cartões de crédito	4.021	5.872	16.904	16.981
Outros (e)	169	207	15.832	13.184
Total	455.251	383.221	868.576	792.425
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos (f)	(129.011)	(97.728)	(250.475)	(213.645)
(-) Ajuste a valor presente (g)	(13.740)	(6.698)	(21.156)	(10.159)
	312.500	278.795	596.945	568.621
Fundo garantidor do FIES - FG FIES (h)	86.172	65.956	173.627	136.988
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos - FG FIES (f)	(42.905)	(32.978)	(86.294)	(68.494)
	43.267	32.978	87.333	68.494
	355.767	311.773	684.278	637.115
(-) Circulante	(290.897)	(263.500)	(564.165)	(545.054)
Não circulante				
Contas a receber (i)	21.603	15.295	32.780	23.567
Fundo garantidor do FIES - FG FIES (h)	43.267	32.978	87.333	68.494
	64.870	48.273	120.113	92.061

- (i) Referem-se aos créditos educativos a receber, bem como aos valores oriundos do programa de parcelamento "Ser Solidário", com vencimentos superiores a 365 dias.

(a) Mensalidades de alunos

A composição dos vencimentos dos saldos de mensalidades de alunos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	70.026	46.557	116.110	87.431
Vencidas até 90 dias	75.978	73.321	143.821	140.053
Vencidas de 91 a 180 dias	31.457	29.645	58.197	57.042
Vencidas de 181 a 360 dias	59.253	47.587	107.749	99.760
Vencidas de 361 a 540 dias	44.937	38.167	85.233	79.405
Vencidas de 541 a 720 dias	35.512	35.905	74.541	78.805
	317.163	271.182	585.651	542.496

Os valores a vencer referem-se a: (i) programa de parcelamento Ser Solidário e (ii) parcelas vencíveis em até 12 meses após a conclusão do curso no ensino a distância, conforme o plano de pagamento escolhido pelo aluno. As parcelas mensais vencidas no mês são substancialmente recebidas dentro do ciclo semestral. O Grupo está atuando ativamente visando mitigar a inadimplência do ensino presencial por meio da introdução de metodologias mais assertivas de renegociação de mensalidades em atraso, incluindo novas formas de pagamento para reestabelecer as condições adequadas para o recebimento das mensalidades mais antigas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No segundo semestre de 2024, com o objetivo de facilitar o ingresso de novos alunos nos cursos de graduação presencial, foi lançado o programa de parcelamento Ser Solidário. Por meio deste programa, os alunos podem pagar de uma a três parcelas reduzidas no semestre de ingresso. O valor remanescente (correspondente à diferença entre o valor total da parcela e o montante pago inicialmente) será então parcelado ao longo do prazo de conclusão do curso contratado. A seguir, são apresentados os principais impactos no resultado do programa Ser Solidário no período:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	29.682	8.498	54.565	14.913
(-) Ajuste a valor presente	(7.462)	(2.116)	(13.585)	(3.681)
Receita líquida	22.220	6.382	40.980	11.232
(-) Provisão para perdas esperadas com créditos	(6.483)	(2.441)	(11.994)	(4.296)
Resultado operacional	15.737	3.941	28.986	6.936

A composição dos vencimentos dos saldos do programa Ser Solidário é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Vencidos	2.954	535	5.865	972
A vencer até um ano	7.470	1.880	13.927	3.354
	10.424	2.415	19.792	4.326
Não Circulante				
A vencer entre um e dois anos	7.349	1.868	13.551	3.308
A vencer entre dois e quatro anos	12.334	3.388	22.423	5.899
A vencer acima de quatro anos	1.140	827	1.856	1.381
	20.823	6.083	37.830	10.587
	31.247	8.498	57.622	14.913
(-) Ajuste a valor presente	(6.244)	(1.887)	(11.312)	(3.271)
	25.003	6.611	46.310	11.642

(b) Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES a receber

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos referentes às parcelas dos alunos em processo de rematrícula no FIES e de parte das mensalidades do período, pendentes de repasse pelo Governo Federal, era de R\$ 42.753 (R\$ 32.667 em dezembro de 2024) na controladora, e R\$ 80.052 (R\$ 67.951 em dezembro de 2024) no consolidado. O repasse pelo Governo Federal costuma ocorrer em até 60 dias da inscrição no programa e faturamento pela instituição de ensino.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Acordos a receber

A composição dos vencimentos dos saldos de acordos a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	9.242	7.802	17.755	15.666
Vencidas até 90 dias	13.446	9.941	25.022	19.983
Vencidas de 91 a 180 dias	6.260	4.554	11.996	9.401
Vencidas de 181 a 360 dias	8.601	6.121	16.934	13.740
Vencidas de 361 a 540 dias	5.999	5.082	12.710	11.796
Vencidas de 541 a 720 dias	5.154	4.605	11.692	10.787
	<u>48.702</u>	<u>38.105</u>	<u>96.109</u>	<u>81.373</u>

(d) Créditos educativos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Educred	11.372	13.607	24.476	32.353
Pravaler	31.071	21.578	48.280	36.111
Outros		3	1.272	1.976
	<u>42.443</u>	<u>35.188</u>	<u>74.028</u>	<u>70.440</u>
(-) Ajuste a valor presente	(7.496)	(4.811)	(9.844)	(6.888)
	<u>34.947</u>	<u>30.377</u>	<u>64.184</u>	<u>63.552</u>
(-) Circulante	(23.089)	(15.082)	(49.208)	(39.985)
Não circulante	<u>11.858</u>	<u>15.295</u>	<u>14.976</u>	<u>23.567</u>

A composição dos vencimentos dos saldos de crédito educativo a receber, líquida do ajuste a valor presente, é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	23.418	20.357	37.439	39.085
Vencidas até 90 dias	3.241	1.456	6.966	3.669
Vencidas de 91 a 180 dias	2.281	1.139	5.247	2.876
Vencidas de 181 a 360 dias	2.259	2.348	5.229	5.819
Vencidas de 361 a 540 dias	1.855	2.362	4.490	5.635
Vencidas de 541 a 720 dias	1.893	2.715	4.813	6.468
	<u>34.947</u>	<u>30.377</u>	<u>64.184</u>	<u>63.552</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Outros

Refere-se a contas a receber de outros negócios do Grupo que se encontram em fase de expansão.

(f) Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

A estimativa de provisão para a PECLD é calculada considerando a inadimplência histórica sobre o faturamento da filial de origem dos títulos, no período de 720 dias, aplicada prospectivamente sobre a receita líquida atual. Adicionalmente, o Grupo estabelece acordos para recuperar créditos vencidos como forma de otimizar a recuperação desses valores.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa do contas a receber de clientes do Grupo está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	(130.706)	(100.892)	(282.140)	(249.208)
Baixa de créditos incobráveis (i)	71.955	68.863	160.246	161.126
Baixa por antecipação de recebíveis	1.223	1.730	2.557	3.688
Provisão para perdas esperadas com créditos oriunda de cisões/incorporações		1.019		
Provisão para perdas esperadas com créditos - Excluindo FG-Fies	(104.462)	(89.248)	(199.632)	(173.012)
Provisão para perdas esperadas com créditos - FG-Fies	(9.926)	(12.178)	(17.800)	(24.734)
Saldo em 31 de dezembro	(171.916)	(130.706)	(336.769)	(282.140)
Circulante	(123.669)	(97.728)	(240.814)	(213.645)
Não circulante	(48.247)	(32.978)	(95.955)	(68.495)

- (i) O Grupo efetua mensalmente a baixa definitiva (*write-off*) dos créditos considerados incobráveis que correspondem aos títulos vencidos há mais de 720 dias;

(g) Ajuste a valor presente (AVP)

Calculado principalmente sobre os recebíveis vinculados ao programa de parcelamento Ser Solidário, implementado no segundo semestre de 2024, bem como sobre os créditos educativos provenientes dos programas Pravalor e Educared.

(h) Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES)

No âmbito do novo FIES, é feita a retenção de 13% a 27,5% do valor pago às instituições para aplicação no Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES), que será usado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por instituição de ensino. Os valores aportados no fundo não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. A Administração reconhece provisão para perdas esperadas equivalente a 50% das retenções a serem reconhecidas pelo fundo, com base no faturamento dos alunos FIES, considerando o fato de que o programa ainda não possui um ciclo completo desde o seu início. A Administração mantém diligências junto à Caixa Econômica Federal

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para conciliar os valores dos extratos disponibilizados com as informações internas, assim como obter informações sobre a cobrança dos alunos inadimplentes, e avaliará esta estimativa de forma prospectiva a medida em que o primeiro ciclo do programa seja encerrado e as eventuais inadimplências possam ser efetivamente confirmadas.

Abaixo a movimentação dos aportes e a composição do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	32.978	42.038	68.494	87.423
Aportes reconhecidos pela instituição bancária e pelo FNDE	20.215	23.919	36.639	49.566
Total do saldo em 31 de dezembro	53.193	65.957	105.133	136.989
Provisão para perdas esperadas com créditos (i)	(7.345)	(24.405)	(13.172)	(50.686)
Provisão para perdas esperadas com créditos complementar (ii)	(2.581)	(8.574)	(4.628)	(17.809)
Saldo líquido em 31 de dezembro	43.267	32.978	87.333	68.494

- (i) Em junho de 2024, o Grupo reclassificou os saldos de PCLD referentes ao FG-Fies da Controladora (R\$ 20.805) e do Consolidado (R\$ 43.760) do contas a receber do ativo circulante para o FG-FIES, no ativo não circulante; e
- (ii) A partir de dezembro de 2024, o Grupo passou a reconhecer uma provisão complementar referente a estimativa de inadimplência do fundo, baseada na movimentação contida nos extratos recebidos, que estão em fase de análise junto à Caixa Econômica Federal.

10 Tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Tributos a recuperar</u>				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.048	25.520	32.162	39.013
Imposto sobre serviços - ISS	602		2.086	775
Outros	4	1.323	415	2.265
	10.654	26.843	34.663	42.053
Não Circulante				
Imposto sobre serviços - ISS (i)			5.482	5.482
	10.654	26.843	40.145	47.535

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Tributos a recolher</u>				
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social			1.865	1.820
Imposto de renda retido na fonte	4.317	3.922	10.877	10.487
Imposto sobre serviços - ISS	2.615	3.221	10.234	10.202
Parcelamento de tributos	213	479	456	878
PIS e COFINS	355	308	1.501	835
Outros	163	242	315	440
	7.663	8.172	25.248	24.662
Não Circulante				
Parcelamento de tributos	213	426	539	1.049
	213	426	539	1.049
	7.876	8.598	25.787	25.711

- (i) Refere-se, principalmente, ao parcelamento de ISS da UNINORTE (SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda).

11 Intangível

(a) Controladora

Composição de saldo

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	2025	2024
				Saldo	Saldo
Licenças e implantações de software (i)	20%	134.274	(87.177)	47.097	41.365
Licenças de operação	33%	18.227	(17.328)	899	801
Convênios (ii)	25%	22.929	(15.375)	7.554	6.806
Conteúdo digital	20%	59.799	(49.647)	10.152	19.774
Fundo de comércio	20%	5.297	(5.291)	6	29
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))		27.030		27.030	27.030
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	13%	14.700	(1.600)	13.100	13.100
		282.256	(176.418)	105.838	108.905

Movimentação

	2024	Adições	Baixas	Amortização	2025
Licenças e implantações de software (i)	41.365	25.898	(593)	(19.573)	47.097
Licenças de operação	801	592		(494)	899
Convênios (ii)	6.806	5.812	(2.701)	(2.363)	7.554
Conteúdo digital	19.774		(3)	(9.619)	10.152
Fundo de comércio	29			(23)	6
Goodwill (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	27.030				27.030
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	13.100				13.100
	108.905	32.302	(3.297)	(32.072)	105.838

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2023	Adições	Baixas	Amortização	2024
Licenças e implantações de <i>software</i>	23.344	31.340		(13.319)	41.365
Licenças de operação	784	619		(602)	801
Convênios (ii)	6.408	2.484		(2.086)	6.806
Conteúdo digital	27.180	74		(7.480)	19.774
Fundo de comércio	36			(7)	29
<i>Goodwill</i> (Notas 6(a) (iii) e 11(c))	27.989		(959)		27.030
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	14.361		(1.261)		13.100
	100.102	34.517	(2.220)	(23.494)	108.905

(b) Consolidado

Composição de saldo

	Taxas anuais de Amortização	Custo	Amortização	2025 Saldo	2024 Saldo
Licenças e implantações de <i>software</i> (i)	20%	177.420	(122.027)	55.393	51.757
Licenças de operação	33%	32.782	(28.964)	3.818	3.450
Convênios (ii)	25%	45.690	(19.830)	25.860	19.835
Conteúdo digital	20%	71.780	(56.899)	14.881	24.265
Fundo de comércio	20%	5.480	(5.474)	6	29
<i>Goodwill</i> (Notas 6(a) e 11(c))		591.910		591.910	591.910
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	13%	615.882	(177.199)	438.683	467.349
		1.540.944	(410.393)	1.130.551	1.158.595

Movimentação

	2024	Adições	Baixas	Amortização	2025
Licenças e implantações de <i>software</i> (i)	51.757	27.768	(598)	(23.534)	55.393
Licenças de operação	3.450	1.382		(1.014)	3.818
Convênios (ii)	19.835	12.322	(2.822)	(3.475)	25.860
Conteúdo digital	24.265	1.646	(3)	(11.027)	14.881
Fundo de comércio	29			(23)	6
<i>Goodwill</i> (Notas 6(a) e 11(c))	591.910				591.910
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	467.349			(28.666)	438.683
	1.158.595	43.118	(3.423)	(67.739)	1.130.551

	2023	Adições	Baixas	Amortização	2024
Licenças e implantações de <i>software</i>	35.052	33.748		(17.043)	51.757
Licenças de operação	3.514	1.126		(1.190)	3.450
Convênios (ii)	13.695	8.850		(2.710)	19.835
Conteúdo Digital	29.045	3.610		(8.390)	24.265
Fundo de comércio	114			(85)	29
<i>Goodwill</i> (Notas 6(a) e 11(c))	607.107		(15.197)		591.910
Intangíveis identificados em aquisições (Nota 11(d))	503.259		(5.365)	(30.545)	467.349
	1.191.786	47.334	(20.562)	(59.963)	1.158.595

- (i) Investimentos no desenvolvimento de novos sistemas e na aquisição de licenças de uso de plataformas educacionais; e
- (ii) Referem-se aos acordos com hospitais, clínicas e policlínicas para realização de aulas práticas e preceptoria aos alunos do Grupo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Goodwill

O *goodwill* apurado nas combinações de negócios possui vida útil indefinida, sujeitando-se ao teste de recuperabilidade efetuado no último trimestre do ano ou quando existe indicativo durante o ano de mudança de estimativa.

(d) Intangíveis identificados em aquisições

(i) Intangíveis com vida útil definida

	2025				
	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade Intelectual	Outros	Total
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda.	24.900	30.800	36.100		91.800
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda. (i)	17.400				17.400
Delínea Tecnologia Educacional Ltda.	8.360			5.945	14.305
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	7.300	2.400			9.700
Starline Tecnologia Ltda.	7.135				7.135
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	5.441	2.226			7.667
Colégio Cultural Módulo Ltda. (i)	3.501				3.501
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	2.794				2.794
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	1.834			266	2.100
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	935			58	993
Total	79.600	35.426	36.100	6.269	157.395
Amortização acumulada	(20.018)	(27.275)	(33.844)	(5.081)	(86.218)
	59.582	8.151	2.256	1.188	71.177

	2025				
	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade Intelectual	Outros	Total
<u>Sociedades incorporadas</u>					
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	22.500				22.500
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	12.725	9.969			22.694
União de Ensino Superior do Pará Ltda. (i)	12.100				12.100
Total	47.325	9.969			57.294
Amortização acumulada	(15.229)	(7.690)			(22.919)
	32.096	2.279			34.375

	2025				
	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade Intelectual	Outros	Total
<u>Taxas médias anuais de amortização</u>	5%	20%	25%	20%	
	91.678	10.430	2.256	1.188	105.552

- (i) Os ativos intangíveis referentes à carteira de clientes, cuja amortização foi integralmente reconhecida, não foram apresentados por não possuírem valor contábil líquido.

	2024				
	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade Intelectual	Outros	Total
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda.	24.900	31.900	36.100		92.900
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	17.400	5.600			23.000
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.		16.792			16.792
Delínea Tecnologia Educacional Ltda.	8.360			5.945	14.305
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	7.300	4.400			11.700
Starline Tecnologia Ltda.	7.135			4.131	11.266
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.	5.441	2.226			7.667
Colégio Cultural Módulo Ltda.	3.501	248			3.749
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda.	2.794				2.794
Plantão Veterinário Hospital Ltda.	1.834			266	2.100
Pet Shop Kero Kolo Ltda.	935			58	993
Total	79.600	61.166	36.100	10.400	187.266
Amortização acumulada	(15.864)	(43.221)	(24.819)	(7.414)	(91.318)
	63.736	17.945	11.281	2.986	95.948

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024			
	Marcas	Carteira de Clientes	Propriedade Intelectual	Outros
Sociedades incorporadas				
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	12.725	9.969		
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	22.500			
União de Ensino Superior do Pará Ltda.	12.100	800		
Total	47.325	10.769		
Amortização acumulada	(11.406)	(8.418)		
	35.919	2.351		
Taxas médias anuais de amortização	7%	27%	25%	25%
	99.655	20.296	11.281	2.986
				134.218

(ii) Intangíveis de vida útil indefinida – licenças de cursos

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda.	62.800	62.800
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	58.821	58.821
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	17.900	17.900
Sociedade Metodista Bennett	10.000	10.000
Faculdades COC de Maceió - FACOCMA	3.000	3.000
Faculdade Decisão - FADE	2.200	2.200
Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	467	467
Total	155.188	155.188
Sociedades incorporadas		
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras Ltda.	69.293	69.293
SODECAM - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda.	42.450	42.450
União de Ensino Superior do Pará Ltda.	45.500	45.500
Instituto Santareno de Educação Superior Ltda.	7.600	7.600
Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	5.996	5.996
CESP - Centro de Ensino Superior Piauiense	4.404	4.404
Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda Ltda.	2.700	2.700
Total	177.943	177.943
	333.131	333.131

(e) Perda (*impairment*) do *goodwill* e intangíveis com vida útil indefinida

O *goodwill* e intangíveis identificados com vida útil indefinida são alocados às unidades geradoras de caixa (UGC), identificadas de acordo com as respectivas unidades que se beneficiam da transação e que não geram benefícios econômicos para o Grupo.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa antes do imposto de renda e da contribuição social, baseados em premissas financeiras aprovadas pela Administração durante o período de cinco anos ("período explícito"). Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram projetados com base nas taxas de crescimento estimadas, não excedendo a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

A Administração da Companhia realiza testes anuais de *impairment* e monitora a performance de cada UGC mensalmente para avaliar a necessidade de antecipar a realização de testes de *impairment*, visando o eventual reconhecimento de perdas.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As premissas adotadas foram as seguintes:

	2025	2024
Taxa de desconto anual - WACC	13,0%	14,0%
Margem bruta	68,0%	64,1%
Taxa de crescimento na perpetuidade anual	5,6%	5,6%

- Consolidado:
- (i) Fluxo nominal; e
 - (ii) Período explícito de 5 anos.

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade sobre as principais premissas, taxa média de desconto anual (WACC), margem bruta média e taxa média de crescimento na perpetuidade. As análises mostram que, como consequência do novo marco regulatório do ensino à distância, ainda em fase de implementação dos ciclos, um aumento a partir de 1 p.p. no WACC, em base nominal e antes dos impostos, ou uma redução na taxa de crescimento na perpetuidade a partir de 1 p.p., representariam cenários nos quais poderia ocorrer alguma perda por redução ao valor recuperável em uma de suas UGCs. Para as demais UGCs, a administração não espera que alterações razoavelmente possíveis nas principais premissas resultem em perda por redução ao valor recuperável.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior. Os testes realizados em 31 de dezembro de 2025 não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas.

12 Arrendamentos

12.1 Direito de Uso

(a) Composição de saldo

Controladora

	Taxas médias anuais de amortização			2025	2024
		Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Direito de uso de imóveis	5% a 10%	579.213	(247.437)	331.776	345.374
Total		579.213	(247.437)	331.776	345.374

Consolidado

	Taxas médias anuais de amortização			2025	2024
		Custo	Amortização	Saldo líquido	Saldo líquido
Direito de uso de imóveis	5% a 10%	1.068.269	(497.383)	570.886	634.547
Total		1.068.269	(497.383)	570.886	634.547

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	345.374	376.100	634.547	735.278
Adições novos	9.573	33.566	17.390	33.878
Remensurações	34.164	3.605	26.998	3.652
Transferências	(6.950)	81		(7.072)
Baixas por entregas de imóveis	(5.341)	(23.923)	(17.778)	(39.956)
Amortização	(45.044)	(44.055)	(90.271)	(91.233)
Saldo em 31 de dezembro	331.776	345.374	570.886	634.547

Saldos reconhecidos na demonstração de resultado

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
IFRS16(53)(a)	Encargo de amortização dos ativos de direito de uso (incluído em custos - encargo total de amortização - Nota 19) Edificações	(45.044)	(44.055)	(90.271)	(91.233)
IFRS16(53)(b)	Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 21)	(41.074)	(41.451)	(78.174)	(79.399)
IFRS16(53)(e)	Despesas relacionadas a pagamentos de arrendamentos variáveis não incluídos em passivos de arrendamentos (incluídas em custos - Nota 19)	(433)	(391)	(2.571)	(2.104)

(c) Interpretações e impactos na avaliação do IFRS 16 – Leases / CPC 06 (R2) Operações de arrendamentos

O Grupo atua como arrendatário em um número significativo de contratos de arrendamento concentrados em imóveis onde estão localizadas as suas operações, sendo constituídas por universidades, centros universitários, polos de ensino, faculdades e escritórios.

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) em 2019, o Grupo adotou premissas para calcular a taxa incremental, sendo que parte de seus contratos já estavam classificados como ativos de arrendamento desde 2013.

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos médios dos contratos:

Prazos contratos	Taxa % a.a.
12 Anos (i)	3,78% à 16,67%
20 Anos (ii)	8,43% à 15,39%

- (i) Contratos contabilizados como arrendamento após a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16; e
- (ii) Contratos contabilizados como arrendamento desde 2013.

O Grupo apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Maturidade dos contratos

<u>Vencimento das prestações</u>	<u>R\$</u>
2026	153.753
Entre 2027 e 2031	665.338
Entre 2032 e 2036	256.187
Acima de 2036	27.998
Arrendamento a pagar	1.103.276
Juros de arrendamento	(355.972)
Saldo passivo de arrendamento	747.304

Por força do incentivo do PROUNI, o Grupo não utiliza os créditos de PIS e COFINS a recuperar sobre os aluguéis pagos e por este motivo não demonstra o crédito potencial.

Diferença provocada pela plena aplicação do CPC 06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, o Grupo adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso e passivo de arrendamento, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC 06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos comparativos do direito de uso líquido, do passivo de arrendamento, da despesa financeira e da despesa de amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal.

<u>Descrição</u>	<u>Saldos registrados - IFRS 16 / CPC 06 (R2) (i)</u>	<u>Fluxo com projeção de inflação</u>	<u>Variação em R\$</u>	<u>Variação em %</u>
Direito de uso líquido	570.886	670.412	99.526	17,4%
Passivo de arrendamento	747.304	853.623	106.320	14,2%
Despesa financeira	78.174	88.792	10.618	13,6%
Despesa de amortização	90.271	100.532	10.261	11,4%

(i) Conforme saldo contabilizado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Obrigações de arrendamento

(a) Vencimento

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos está descrito a seguir:

Controladora	2025		2024	
	Arrendamento a pagar	Juros de arrendamento	Saldo passivo de arrendamento	Saldo passivo de arrendamento
Vencimentos				
Circulante:				
Até um ano	82.771	(39.523)	43.248	34.002
Não circulante				
Entre um e dois anos	80.189	(35.464)	44.725	38.058
Entre três e cinco anos	219.460	(77.822)	141.638	125.848
Acima de cinco anos	236.586	(40.486)	196.100	229.790
	536.235	(153.772)	382.463	393.696
	619.006	(193.295)	425.711	427.698

Consolidado	2025		2024	
	Arrendamento a pagar	Juros de arrendamento	Saldo passivo de arrendamento	Saldo passivo de arrendamento
Vencimentos				
Circulante:				
Até um ano	153.753	(72.481)	81.272	66.511
Não circulante				
Entre um e dois anos	151.326	(64.998)	86.328	75.702
Entre três e cinco anos	388.175	(143.270)	244.905	239.309
Acima de cinco anos	410.022	(75.223)	334.799	402.985
	949.523	(283.491)	666.032	717.996
	1.103.276	(355.972)	747.304	784.507

(b) Movimentação

A movimentação das obrigações de arrendamento é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	427.698	435.157	784.507	845.801
Novos contratos	9.573	33.566	17.390	33.878
Remensuração	34.164	3.605	26.998	3.652
Transferências	(8.589)	(242)		(7.072)
Baixas	(2.009)	(15.930)	(13.842)	(31.867)
Juros (Nota 21)	41.074	41.451	78.174	79.399
Pagamentos mínimos	(76.200)	(69.909)	(145.923)	(139.284)
Saldo em 31 de dezembro	425.711	427.698	747.304	784.507

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

(a) Controladora

Composição de saldo

	Taxas médias anuais de depreciação			2025	2024
		Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos		25.257		25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	6%	309.828	(157.401)	152.427	161.031
Veículos	19%	4.113	(2.459)	1.654	92
Equipamentos e instalações	10%	123.661	(81.699)	41.962	44.265
Móveis e utensílios	10%	42.986	(30.373)	12.613	12.332
Computadores	20%	54.592	(46.445)	8.147	10.096
Livros	10%	62.744	(50.481)	12.263	14.708
Total em operação		623.181	(368.858)	254.323	267.781
Obras em andamento		3.865		3.865	4.690
Total imobilizado		627.046	(368.858)	258.188	272.471

Movimentação

	2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferência	2025
Terrenos	25.257					25.257
Edificações e benfeitorias	161.031	15.213	(3.530)	(21.241)	954	152.427
Veículos	92	1.876	(1)	(333)	20	1.654
Equipamentos e instalações	44.265	6.115	(23)	(8.609)	214	41.962
Móveis e utensílios	12.332	2.617	(21)	(2.314)	(1)	12.613
Computadores	10.096	2.187	(85)	(3.848)	(203)	8.147
Livros	14.708	676	(2)	(3.119)		12.263
Total em operação	267.781	28.684	(3.662)	(39.464)	984	254.323
Obras em andamento	4.690	226	(3)		(1.048)	3.865
Total imobilizado	272.471	28.910	(3.665)	(39.464)	(64)	258.188

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Terrenos	25.257				25.257
Edificações e benfeitorias	170.905	18.612	(6.308)	(22.178)	161.031
Veículos	164	5		(77)	92
Equipamentos e instalações	41.638	11.901	(517)	(8.757)	44.265
Móveis e utensílios	10.003	4.738	(18)	(2.391)	12.332
Computadores	9.742	3.980	(5)	(3.621)	10.096
Livros	16.694	1.770		(3.756)	14.708
Total em operações	274.403	41.006	(6.848)	(40.780)	267.781
Obras em andamento	4.411	279			4.690
Total imobilizado	278.814	41.285	(6.848)	(40.780)	272.471

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Consolidado

Composição de saldo

	Taxas médias anuais de depreciação			2025	2024
		Custo	Depreciação	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos		25.257		25.257	25.257
Edificações e benfeitorias	6%	534.029	(272.256)	261.773	271.667
Veículos	19%	5.980	(4.239)	1.741	187
Equipamentos e instalações	10%	297.344	(212.317)	85.027	89.985
Móveis e utensílios	10%	100.062	(78.255)	21.807	21.986
Computadores	20%	109.440	(98.798)	10.642	13.145
Livros	10%	141.929	(118.402)	23.527	28.994
Total em operação		1.214.041	(784.267)	429.774	451.221
Obras em andamento		3.865		3.865	4.754
Total imobilizado		1.217.906	(784.267)	433.639	455.975

Movimentação

	2024	Adições (i)	Baixas	Depreciação	Transferência	2025
Terrenos	25.257					25.257
Edificações e benfeitorias	271.667	26.246	(4.354)	(32.834)	1.048	261.773
Veículos	187	1.876	(20)	(385)	83	1.741
Equipamentos e instalações	89.985	12.568	(56)	(17.816)	346	85.027
Móveis e utensílios	21.986	4.211	(26)	(4.369)	5	21.807
Computadores	13.145	3.135	(209)	(5.058)	(371)	10.642
Livros	28.994	703	(2)	(6.168)		23.527
Total em operação	451.221	48.739	(4.667)	(66.630)	1.111	429.774
Obras em andamento	4.754	226	(4)		(1.111)	3.865
Total imobilizado	455.975	48.965	(4.671)	(66.630)		433.639

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Terrenos	25.257				25.257
Edificações e benfeitorias	277.732	36.668	(8.212)	(34.521)	271.667
Veículos	328	5		(146)	187
Equipamentos e instalações	86.033	23.826	(737)	(19.137)	89.985
Móveis e utensílios	19.308	7.511	(18)	(4.815)	21.986
Computadores	13.099	5.216	(11)	(5.159)	13.145
Livros	33.102	3.353	(1)	(7.460)	28.994
Total em operações	454.859	76.579	(8.979)	(71.238)	451.221
Obras em andamento	4.474	280			4.754
Total imobilizado	459.333	76.859	(8.979)	(71.238)	455.975

- (i) Em 2025, as adições referem-se principalmente às benfeitorias em unidades nas cidades de Manaus/AM, Recife/PE, Paulista/PE, Marabá/PA, Parnaíba/PI, Macapá/AP, Olinda/PE e Palmas/TO, bem como a compra de móveis, aparelhos de laboratório, equipamentos de informática e aparelhos de ar-condicionado para as unidades e centro administrativo.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantia de bens

O Grupo possui prédios, máquinas e equipamentos de informática dados em garantia de processos judiciais, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 7.303 na Controladora e R\$ 7.709 no Consolidado.

14 Compromissos a pagar

Os compromissos a pagar decorrem das seguintes aquisições de investimentos:

	Consolidado	
	2025	2024
Sociedade Técnica Educacional da Lapa Ltda. ("FAEL") (i)	80.159	73.798
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. ("UNESC") (ii)	16.500	48.841
Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras. ("UNIFASB")	19.291	36.778
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda. ("FACIMED")		16.237
Colégio Cultural Módulo Ltda. ("UNIJUAZEIRO")		3.623
Sete de Setembro Ensino Superior LTDA. ("UNI7")	2.832	4.968
Delinea Tecnologia Educacional LTDA	1.282	1.689
Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Medicina Humana e Veterinária Ltda. ("CDMV") e Clínica Veterinária CDMV Ltda. ("Hospital Veterinário DOK")	912	1.683
Plantão Veterinário Hospital Ltda ("Hospital") e Pet Shop Kero Kolo Ltda. ("Pet Shop")	1.072	1.423
	<u>122.048</u>	<u>189.040</u>
(-) Circulante	<u>(61.832)</u>	<u>(99.239)</u>
Não circulante	<u>60.216</u>	<u>89.801</u>

- (i) Refere-se aos valores das contas vinculadas (*escrow account*) que estão refletidas no ativo como "Caixa restrito" (Nota 8.1) e *earn out* previsto em contrato; e
- (ii) O saldo remanescente refere-se ao *earn out* baseado na aprovação de vagas adicionais do curso de medicina em 2022 que se encontram em discussão administrativa no âmbito do MEC.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
Entre um e dois anos	45.891	33.963
Entre dois e três anos	14.325	41.865
Entre três e quatro anos		13.973
	<u>60.216</u>	<u>89.801</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação de compromissos a pagar é apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	189.040	245.012
Pagamentos de principal (i)	(63.526)	(59.010)
Pagamento pelo caixa restrito (Nota 8.1)		(574)
Ajuste de preço	(567)	(2.167)
Ajuste a valor presente	367	3.839
Juros pagos	(11.613)	(9.263)
Juros incorridos	8.347	11.203
Saldo em 31 de dezembro	122.048	189.040

- (i) Em 2025 refere-se à amortização dos valores principais, conforme condições contratuais, das seguintes aquisições: UNIFACIMED, UNESC, UNIJUAZEIRO, UNI7, UNIFASB, DOK-CDMV e Delínea.

15 Empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos – Swap e debêntures

(a) Composição do saldo

		Controladora e Consolidado	
		2025	2024
Modalidade	Encargos financeiros		
Capital de giro	CDI + 1,15% a.a (CDI + 1,69% a 2,30% a.a. em 2024)	51.090	135.116
Empréstimo em moeda estrangeira (i)	EUR + 2,16% a.a	87.172	144.871
Finame	6% a.a.		164
		138.262	280.151
(-) Circulante		(84.138)	(170.134)
Não circulante		54.124	110.017

- (i) Em 7 de janeiro de 2022, o Grupo realizou a contratação de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA *International* PLC, no valor de EUR 31.182 mil, equivalente a R\$ 200.000, com incidência de juros de 2,16% ao ano e prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência. O recurso foi obtido para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. Adicionalmente, com o objetivo de mitigar os riscos cambiais dessa operação, foi realizado swap integral junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R\$ 200.000. O referido instrumento financeiro derivativo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% a.a. cujos saldos estão apresentados conforme abaixo:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
Instrumento financeiro derivativo <i>swap</i> CDI + 2,70% a.a.		6.949	8.242
		6.949	8.242
(-) Circulante		(6.949)	(6.850)
Não circulante			1.392

(b) Movimentação

A movimentação da dívida, na Controladora e no Consolidado, e do contrato de derivativo *swap*, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	288.393	493.333	288.393	493.475
Juros incorridos	17.422	17.789	17.422	17.789
Ajuste de marcação ao mercado	312	6.639	312	6.639
Variação cambial passiva	48.645	46.864	48.645	46.864
Variação cambial ativa	(34.124)	(28.928)	(34.124)	(28.928)
Juros pagos	(35.468)	(62.769)	(35.468)	(62.769)
Amortização de principal	(139.969)	(184.535)	(139.969)	(184.677)
Saldo em 31 de dezembro	145.211	288.393	145.211	288.393

(c) Garantias

O Grupo não possui garantias oferecidas aos empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

(d) Classificação por ano de vencimento

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Entre um e dois anos	54.124	82.837
Entre dois e três anos		28.572
	54.124	111.409

A redução deve-se aos pagamentos efetuados, cujos recursos foram oriundos da emissão de debêntures (Nota 15.1).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) **Covenants** (cláusulas restritivas)

Os empréstimos para capital de giro requerem a manutenção dos seguintes *covenants*:

	Itaú (i)	Lei 4.131 e Swap (ii)
Divida líquida/EBITDA ajustado	$\leq 2,5$	$\leq 2,5$
EBITDA ajustado/despesa financeira	≥ 2	n/a
Período de apuração	Trimestral	Anual

O EBITDA ("*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*") ajustado considera o lucro operacional acrescido do custo e/ou da despesa com depreciação e/ou amortização, acrescido ou deduzido do resultado não recorrente e/ou não operacional líquidos e deduzido dos pagamentos mínimos das obrigações de arrendamento.

- (i) O valor do *covenant* da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado poderá ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- (ii) O *covenant* da Lei 4.131/Swap considera o EBITDA contábil somente acrescido ou deduzido do resultado não operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

15.1 Debêntures

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
		2025	2024
3ª emissão de debêntures	CDI + 2,00% a.a.	121.015	178.938
4ª emissão de debêntures	CDI + 2,00% a.a.	154.743	204.701
5ª emissão de debêntures	CDI + 1,80% a.a.	152.100	151.275
6ª emissão 1ª série de debêntures	CDI + 1,40% a.a.	90.217	89.560
6ª emissão 2ª série de debêntures	CDI + 1,60% a.a.	60.098	59.708
		578.173	684.182
(-) Circulante		(167.527)	(122.349)
Não circulante		410.646	561.833

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, a Companhia realizou emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos da resolução da CVM nº 160 de 13 de julho de 2022 (em 2022, instrução da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009), conforme segue:

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Data de emissão	15/08/2022	19/10/2023	24/05/2024	26/12/2024	26/12/2024
Quantidade	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Valor nominal - R\$	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Valor total	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Custo incorrido	1.240	1.131	1.061	578	385
Encargos	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	CDI + 1,8%	CDI + 1,4%	CDI + 1,6%
Prazo	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos	5 anos
Data de vencimento	15/08/2027	19/10/2028	24/05/2029	15/12/2027	17/12/2029
Carência	18 meses	24 meses	30 meses	18 meses	42 meses
Amortização (Principal + Juros)	Semestral	Semestral	Anual	Anual	Anual
Uso	Reforço de caixa	Alongamento de dívidas	Reforço de caixa	Reforço de caixa	Reforço de caixa

A movimentação da dívida na Controladora e no Consolidado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	684.182	413.645
Captação de debêntures		300.000
Custos de captação		(2.025)
Custos de captação apropriados	956	124
Juros incorridos	96.201	61.298
Juros pagos	(96.023)	(60.289)
Amortização	(107.143)	(28.571)
Saldo em 31 de dezembro	578.173	684.182
(-) Circulante	(167.527)	(122.349)
Não circulante	410.646	561.833

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Não circulante		
Entre um e dois anos	201.290	151.187
Entre dois e três anos	129.522	201.290
Entre três e quatro anos	79.834	129.522
Acima de quatro anos		79.834
	410.646	561.833

As debêntures requerem a manutenção de *covenants* financeiros, apurados trimestralmente, com base nas informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras consolidadas que são: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado que não deve ser superior a 2,5x, e (ii) a razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida deve ser maior ou igual a 2x.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os *covenants* relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

16 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários a pagar	15.912	14.275	29.482	27.668
Encargos sociais	18.469	18.224	30.576	32.270
Provisão para férias e encargos	34.574	32.785	60.603	58.083
Participação nos resultados	12.916	9.063	14.977	11.033
Outros	2.348	2.334	4.273	3.650
	<u>84.219</u>	<u>76.681</u>	<u>139.911</u>	<u>132.704</u>

17 Capital social e reservas

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está representado por 128.721.560 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando no período R\$ 991.644. Os gastos incorridos pelo Grupo para a emissão de ações realizadas em novembro de 2017, totalizaram R\$ 4.095 e estão registrados em conta redutora do capital social, aguardando capitalização pelo Conselho de Administração do Grupo.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 1.500.000.

(b) Reserva de Capital - Plano de Concessão de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, foi aprovado o Plano de Concessões de Ações que estabelece termos e condições contratuais para a outorga, pela Companhia, de até 2.252.627 ações de sua emissão (equivalente a 1,75% do capital social total na data), aos seus principais gestores da alta administração. Até 31 de dezembro de 2025 foram outorgadas 2.099.514 ações, através de 34 contratos.

A opção de *vesting* dos planos está condicionada à permanência do executivo no cargo por um período pré-determinado e valorização da ação de pelo menos 5%, comparada ao valor de outorga, por igual período. Apesar de ser facultada à Companhia a decisão de liquidação em caixa ou concessão de ações, as 1.371.004 ações, cujos *vestings* foram concluídos até agosto de 2025, foram liquidadas através de transferência das ações em tesouraria para os beneficiários pela quantidade líquida das ações correspondentes ao valor da retenção do imposto de renda pessoa física.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A quantidade de ações, data de outorga, período de *vesting*, e seus correspondentes valores justos estão apresentados a seguir:

Datas		Prazo (em meses)		Total de ações do programa (em milhares)	Valor justo das ações (CPC 10 (R1) / IFRS 2) (em R\$)	Pro rata das ações exercíveis	Valor total em 31/12/2025
Outorga	Vesting	Vesting	A vencer				
16/08/2023	16/02/2026	30	2	672,5	6,58	638,8	4.203
20/05/2024	20/11/2026	30	11	56,0	6,71	36,2	243
				728,5		674,9	4.446

(c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 83.940 em reserva legal. A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, até o limite de 20% do capital social e tem por fim assegurar a integridade do capital social somente podendo ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(d) Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 273.949 de retenção de lucros. A retenção de lucros representa a parcela do lucro, destinada para conta de reserva de retenção de lucros para futuro investimento de capital, que é objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

(e) Ações em tesouraria

Em 6 de junho de 2024, a Companhia implementou um novo programa de recompra de ações, encerrando em 6 de junho de 2025. O objetivo da Companhia na execução do Programa de Recompra é a aplicação de recursos disponíveis na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia em bolsa de valores, a preços de mercado, sem redução do capital social da Companhia para permanência em tesouraria, posterior cancelamento ou ainda, eventual realocação das ações para serem destinadas a quaisquer outros planos aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

A Companhia entende que o Programa de Recompra permite incrementar a geração de valor para os seus acionistas, por meio de uma adequada administração da estrutura de capital da Companhia.

Até o encerramento do último programa de recompra de ações, a Companhia havia recomprado um total de 2.100.900 ações ordinárias de sua emissão, adquiridas em Bolsa de Valores a preço de mercado, cujo valor é de R\$ 13.347 a um preço médio de R\$ 6,35 por ação. Em fevereiro de 2025, foram concedidas 604.479 ações, correspondentes ao primeiro *vesting* do plano de concessão de ações. Em agosto de 2025, foram concedidas 389.498 ações, relativas ao segundo *vesting* do referido plano. Após essas concessões, permanecem em tesouraria 1.106.923 ações, registradas pelo valor total de R\$ 7.032.

(f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme os termos da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem como política de dividendos distribuir semestralmente 30% do lucro líquido do exercício, sempre mediante a aprovação do Conselho de Administração.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração elaborou a proposta de distribuição de dividendos da seguinte forma:

	2025
Lucro líquido do exercício	214.436
(-) Constituição da reserva legal	(10.722)
Lucro líquido ajustado	203.714
Dividendo mínimo obrigatório calculado (30%) a distribuir	61.114
Total de dividendos a distribuir	61.114
Média ponderada de ações em circulação	127.330
Dividendos distribuídos/a distribuir por ações (em reais)	0,4800

Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento de dividendos, com base em lucros retidos, no montante total de R\$ 19.607, correspondentes a R\$ 0,1541126239 por ação, que foram pagos em 15 de maio de 2025.

18 Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta da prestação de serviços				
Mensalidade de ensino presencial (i)	2.460.287	2.078.827	4.541.836	3.905.993
Mensalidade de ensino a distância - EAD	266.674	252.695	443.184	454.124
Outras receitas	5.555	3.886	93.815	71.922
	2.732.516	2.335.408	5.078.835	4.432.039
Deduções da receita bruta				
Descontos e bolsas (ii)	(1.292.051)	(1.106.734)	(2.372.838)	(2.043.782)
PROUNI (iii)	(219.832)	(169.121)	(398.753)	(330.181)
FGEDUC e encargos FIES	(1.707)	(1.360)	(3.023)	(2.570)
Impostos incidentes sobre serviços	(44.262)	(35.751)	(87.690)	(74.152)
	(1.557.852)	(1.312.966)	(2.862.304)	(2.450.685)
	1.174.664	1.022.442	2.216.531	1.981.354

- (i) O aumento da receita bruta foi gerado pelo reajuste anual das mensalidades, pelo incremento da base de alunos do ensino presencial, pela captação de alunos dos novos cursos de medicina e pela consolidação do Programa Ser Solidário;
- (ii) O crescimento nos descontos refere-se, principalmente, à ampliação da base de alunos adimplentes, usufruindo dos descontos de pontualidade previstos em contrato, e, ao menor impacto, das campanhas para captação de alunos novatos; e
- (iii) Aumento das deduções decorrentes do PROUNI em função da expansão da base de alunos presenciais contemplados pelo programa, em virtude do maior índice de ocupação das vagas ofertadas nessa modalidade.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos sociais (i)	(222.407)	(212.599)	(495.611)	(474.211)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica (ii)	(45.093)	(39.667)	(120.749)	(113.158)
Energia elétrica, água e telefone (iii)	(21.478)	(25.025)	(45.801)	(51.765)
Depreciação e amortização	(93.908)	(92.074)	(198.102)	(201.696)
Aluguéis	(12.202)	(9.863)	(19.825)	(21.144)
Outros	(13.355)	(14.164)	(24.905)	(25.153)
	<u>(408.443)</u>	<u>(393.392)</u>	<u>(904.993)</u>	<u>(887.127)</u>

- (i) O aumento dos custos de pessoal e encargos deve-se, principalmente, ao reajuste salarial decorrente do dissídio coletivo anual;
- (ii) Tanto na controladora quanto no consolidado, o aumento refere-se à contrapartida para melhoria da estrutura de atendimento à saúde dos municípios relacionados aos credenciamentos dos novos cursos de graduação em medicina, no valor correspondente a 10% do faturamento bruto, conforme portaria SERES/MEC Nº 531/2023. Esse valor está reconhecido em outras obrigações no passivo não circulante; e
- (iii) A redução observada decorre, principalmente, da implementação de ações voltadas ao ajuste de demanda e à otimização do consumo de energia, além da revisão contratual e racionalização da infraestrutura de telefonia.

20 Despesas operacionais

(a) Despesas comerciais, gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos sociais (i)	(129.283)	(133.615)	(271.865)	(254.457)
Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	(38.082)	(35.869)	(84.247)	(78.317)
Comercial, publicidade e propaganda (ii)	(64.529)	(69.805)	(140.122)	(151.262)
Provisão para perdas esperadas com créditos (iii)	(114.388)	(101.426)	(217.432)	(197.746)
Depreciação e amortização	(22.672)	(16.255)	(26.538)	(20.738)
Materiais de expediente	(7.439)	(9.167)	(15.821)	(18.425)
Outros	(19.398)	(21.931)	(73.218)	(70.776)
	<u>(395.791)</u>	<u>(388.068)</u>	<u>(829.243)</u>	<u>(791.721)</u>

- (i) O aumento no consolidado ocorre, principalmente, devido ao dissídio coletivo;
- (ii) A redução observada é reflexo da implementação de iniciativas voltadas ao ganho de eficiência em marketing, alinhadas ao plano de otimização operacional; e
- (iii) O aumento decorre do provisionamento proporcional ao aumento da receita líquida, do programa de parcelamento Ser Solidário (Nota 9(a)) e do provisionamento complementar do FG-Fies (Nota 9(h)).

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Baixa de imobilizado/direito de uso (i)	(7.870)	(13.584)	(10.793)	(15.840)
Custas judiciais (ii)	(16.697)	(11.415)	(31.025)	(21.952)
Ajuste de preço de compromissos a pagar (iii)			567	2.167
Reversão (provisão) de contingências	2.357	(7.038)	1.745	(7.916)
Perda no valor de recuperação de ativos		(10.624)		(20.561)
Outros	(4.574)	(2.813)	1.872	525
	<u>(26.784)</u>	<u>(45.474)</u>	<u>(37.634)</u>	<u>(63.577)</u>

- (i) Refere-se à baixa de imobilizado e de direitos de uso, líquidos das obrigações de arrendamento, relativas aos imóveis formalmente devolvidos no período;
- (ii) Refere-se a processos trabalhistas relacionados ao curso normal da operação; e
- (iii) Refere-se ao não pagamento do *earn out* da aquisição da empresa Plantão Veterinário Hospital Ltda por não atingimento de metas.

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades e acordos	4.240	8.047	9.682	19.565
Rendimentos de aplicações financeiras	7.842	10.323	35.190	24.600
Ajuste de marcação ao mercado (i)	17.435	19.007	17.435	19.007
Variação cambial ativa - swap (i)	34.124	28.928	34.124	28.928
(-) Pis e COFINS s/ receita financeira	(701)	(914)	(1.852)	(2.253)
Outros (ii)	5.908	733	8.822	2.334
	<u>68.848</u>	<u>66.124</u>	<u>103.401</u>	<u>92.181</u>
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(113.402)	(91.562)	(113.402)	(91.562)
Juros de arrendamentos	(41.074)	(41.451)	(78.174)	(79.399)
Ajuste de marcação ao mercado (i)	(17.747)	(12.368)	(17.747)	(12.368)
Variação cambial passiva - swap (i)	(48.645)	(46.864)	(48.645)	(46.864)
Descontos concedidos (iii)	(18.535)	(26.946)	(39.154)	(61.438)
Atualização monetária de compromissos a pagar			(1.987)	(4.684)
Outros	(11.750)	(10.223)	(18.213)	(21.164)
	<u>(251.153)</u>	<u>(229.414)</u>	<u>(317.322)</u>	<u>(317.479)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(182.305)</u>	<u>(163.290)</u>	<u>(213.921)</u>	<u>(225.298)</u>

- (i) Trata-se da variação cambial e resultado do swap realizado para proteção cambial;
- (ii) Crescimento relacionado, principalmente, à reversão do ajuste a valor presente (AVP) sobre contas a receber do programa de parcelamento Ser Solidário, conforme o CPC 12; e
- (iii) Refere-se aos descontos concedidos nas negociações e recuperações de mensalidades acima de 360 dias, em função do maior número de acordos com descontos menores, resultado do esforço da Companhia em recuperar esses créditos com menor perda possível.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Empresas no regime do lucro real

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	214.306	(476)	221.748	9.666
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(72.864)	162	(75.394)	(3.286)
Ajustes dos impostos referente:				
Participação nos resultados de controladas	18.008	(11.116)		(6.870)
Perdas de investimentos		(3.613)		(6.991)
Outras adições e exclusões líquidas	(2.044)	(1.352)	(4.989)	(3.421)
Total ajustado	(56.900)	(15.919)	(80.383)	(20.568)
Incentivos fiscais corrente	58.916	24.615	103.757	50.377
Impacto dos incentivos sobre os impostos diferidos	(1.886)	(9.382)	(17.287)	(46.337)
Diferenças temporárias sem reconhecimento de ativo diferido			(17.036)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	130	(686)	(10.949)	(16.528)
Alíquota de IR e CSLL efetivas	N/A	N/A	4,94%	171,00%
IR corrente		(2.228)	(12.334)	(15.576)
IR diferido	130	1.542	1.384	(951)
Incentivos de períodos anteriores				3.055

(b) Empresas no regime do lucro presumido

Parte das operações de apoio ao ensino superior, as operações de ensino profissionalizante e novos negócios apuram imposto de renda e contribuição social com base no regime de lucro presumido. As empresas que utilizam essa metodologia fazem parte das investidas do Grupo.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita bruta de serviços (i)	23.838	5.909
Presunção 32%	7.628	1.891
Outras receitas	8.499	1.994
Base tributável do lucro presumido	16.127	3.885
Imposto de renda e contribuição social	(5.354)	(1.321)

- (i) Crescimento decorrente, principalmente, da migração para o regime de lucro presumido da empresa Gokursos Inovações Educacionais S.A.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social				
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			8.992	3.965
Empresas optantes pelo regime de lucro real	214.306	(476)	221.748	9.666
	<u>214.306</u>	<u>(476)</u>	<u>230.740</u>	<u>13.631</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Empresas optantes pelo regime de lucro presumido			(5.354)	(1.321)
Empresas optantes pelo regime de lucro real		(2.228)	(12.334)	(12.521)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.228)	(17.688)	(13.842)
Imposto de renda e contribuição social diferido	130	1.542	1.384	(951)
Total IR e CSLL correntes e diferidos	<u>130</u>	<u>(686)</u>	<u>(16.304)</u>	<u>(14.793)</u>
Alíquota efetiva	N/A	N/A	7,07%	108,52%

(d) Tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Diferido constituído</u>				
Ajuste a valor presente do contas a receber	268	61	303	161
Marcação a mercado de derivativos	(297)	329	(297)	329
Operações com derivativos	142		142	
Variações cambiais	19		19	
Provisão para contingências	(235)	178	(169)	199
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	510	692	1.135	915
Bônus a pagar	(47)	257	(42)	275
Direito de uso, líquido da depreciação e de obrigações de arrendamento	291	585	232	953
Intangíveis de vida útil definida identificados em combinação de negócios			304	121
Fornecedores - provisões	(85)	45	(228)	101
Ágio fiscal			(432)	(543)
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	(436)	(605)	417	(3.462)
Total da variação dos ativos fiscais diferidos líquidos	<u>130</u>	<u>1.542</u>	<u>1.384</u>	<u>(951)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Posição patrimonial diferido</u>				
Ajuste a valor presente do contas a receber	374	106	558	255
Marcação a mercado de derivativos	32	329	32	329
Operações com derivativos	142		142	
Variações cambiais	19		19	
Provisão para contingências	153	388	418	587
Constituição de provisão para perdas esperadas com créditos	1.890	1.380	4.734	3.599
Bônus a pagar	436	483	487	529
Direito de uso, líquido da amortização e de obrigações de arrendamento	2.358	2.067	4.428	4.196
Intangíveis de vida útil definida identificados em combinação de negócios	45	45	1.354	1.050
Fornecedores - provisões		85		228
Ágio fiscal			176	608
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	2.842	3.277	11.791	11.374
Total dos ativos fiscais diferidos líquidos	<u>8.291</u>	<u>8.160</u>	<u>24.139</u>	<u>22.755</u>

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 2025 o Grupo utilizou a alíquota efetiva de 2,51% (2024 – 2,51%), que representa a alíquota normalizada considerando os efeitos tributários específicos das operações individualizadas.

(e) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Até um ano	2.343	365	2.868	737
Entre um e dois anos	499	796	1.208	1.542
Entre dois e cinco anos		2.116	2.980	5.746
Acima de cinco anos			4.735	3.349
	<u>2.842</u>	<u>3.277</u>	<u>11.791</u>	<u>11.374</u>

23 Partes relacionadas

As transações efetuadas entre partes relacionadas são negociadas com base nos termos contratuais pactuados entre as partes.

(a) Contas correntes

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
ICES - Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	5.231	2.481		
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	944	391		
Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda.	675	347		
Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda.	507	283		
Colégio Cultural Módulo Ltda.	305	325		
Outras controladas	24	86		
Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.		7.835		
Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A.		5.122		
Sete de Setembro Ensino Superior Ltda.		1.524		
Clínica Veterinária CDMV Ltda.		229		
Ocktus Participações Ltda		163		163
	<u>7.686</u>	<u>18.786</u>		<u>163</u>
Passivo circulante				
SESPS - Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.		407		
		<u>407</u>		

Referem-se às movimentações de recursos entre as empresas do Grupo, incluindo os valores do compartilhamento de despesas do Centro de Serviços Compartilhados – CSC localizado em Recife. O Grupo tem como prática capitalizar e/ou distribuir lucros entre a Companhia e suas controladas nos meses de junho e dezembro.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários do Grupo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Salários	10.637	9.610
Encargos	3.208	2.124
Remuneração variável	10.943	4.164
	<u>24.788</u>	<u>15.898</u>

Conforme mencionado na nota 17 (b) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de julho de 2023, foi aprovado o Plano de Concessões de Ações que estabelece termos e condições contratuais para a concessão, pela Companhia, de até 2.252.627 ações de sua emissão (equivalente a 1,75% do capital social total na data), aos seus principais gestores da alta administração.

Em fevereiro e em agosto de 2025, foram integralmente realizadas as concessões de ações referentes ao primeiro e ao segundo *vesting* do referido plano, destinadas ao pessoal-chave da administração.

(c) Aluguel de imóveis

O Grupo firmou Contratos de Locação de Imóveis Comerciais com a empresa Ocktus Participações Ltda, pertencente ao acionista José Janguê Bezerra Diniz, pelo prazo de dez anos, podendo ser renovados por igual período.

Os imóveis são transacionados a preços de mercado e o Grupo conta com o suporte de especialistas independentes para a avaliação e determinação desses valores. Os saldos e os desembolsos relativos aos imóveis alugados à Ocktus estão registrados conforme abaixo:

	2025			2024		
	Resultado	Desembolso	Saldo	Resultado	Desembolso	Saldo
Direito de uso			171.647			194.463
Despesa de amortização	(22.846)			(23.907)		
Obrigações de arrendamento			251.557			266.923
Despesa de juros	(29.452)			(30.131)		
Aluguéis mínimos		(45.229)			(42.354)	
	<u>(52.298)</u>	<u>(45.229)</u>		<u>(54.038)</u>	<u>(42.354)</u>	

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Provisão para contingências

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provável (a)				
Cível	1.485	1.087	5.701	4.434
Trabalhista	4.617	7.372	8.974	11.987
Tributárias		6.941	1.991	8.932
	6.102	15.400	16.666	25.353
Contingências oriunda da combinação de negócios (c)			9.318	9.318
	6.102	15.400	25.984	34.671

(a) Prováveis

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais prováveis com essas ações em curso, conforme composição acima.

Cíveis - possuem natureza de indenização por danos morais e materiais e questionamentos de alunos sobre a existência de débitos perante as instituições do Grupo.

Trabalhistas – as principais alegações são objetos das causas: horas extras, férias não gozadas, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de professores.

Tributárias - são riscos ou disputas administrativas ou judiciais sobre autos de infração lavrados, registrados pelo valor estimado de acordo com a expectativa de perda da administração. Em dezembro de 2024, o valor refere-se, principalmente, ao auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais municipais para uma das unidades do Grupo, pago em abril de 2025.

(b) Possíveis

O Grupo também efetuou levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, trabalhista e tributária classificadas com risco de perda possível para os quais não há provisão constituída, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cível	34.613	35.298	86.900	81.593
Trabalhista	48.456	37.688	85.745	71.541
Tributárias	2.158	2.174	2.321	2.337
	85.227	75.160	174.966	155.471

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Contingências oriundas de combinação de negócios

Além das ações provisionadas, para as quais o Grupo reconheceu ativos de indenização no montante de R\$ 9.318, tem-se ainda contingência que tramita em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, órgão vinculado ao atual Ministério da Economia, referente aos autos de infração lavrados em dezembro de 2016 e abril de 2018 para cobrança de contribuições previdenciárias e contribuições para entidades e fundos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, no valor original R\$ 173.029, da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa (SOPEP), atual mantenedora da UNG. A Receita Federal entendeu que as atividades exercidas pela Associação Paulista de Educação e Cultura (APEC), antiga mantenedora da UNG, não se enquadravam na categoria de não lucrativa e, apesar da transferência da manutenção da UNG ter ocorrido somente em janeiro de 2015, autuou a SOPEP de forma subsidiária pela ausência de pagamento das referidas contribuições.

Por se tratar de contingência anterior a aquisição, o contrato prevê que eventuais prejuízos estão garantidos pela retenção ou descontos em aluguéis futuros das unidades e hipoteca de imóvel em favor do Grupo, no valor original de R\$ 362.505. Os advogados que patrocinam esse processo foram contratados pelos acionistas vendedores e são acompanhados pelos advogados do Grupo, classificando os respectivos riscos de perda como possíveis.

25 Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais ou opções com efeitos diluidores.

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	214.436	(1.162)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	127.330	127.490
Média ponderada ajustada de ações em circulação	127.330	127.490
Lucro (prejuízo) por ação - diluído (em R\$)	1,68	(0,01)

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

Em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia informa que, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas transações relevantes que não envolveram movimentação de caixa ou equivalentes de caixa, conforme descrito a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adições IFRS 16 - direito de uso e obrigações de arrendamentos (Nota 12)				
Novos contratos	9.573	33.566	17.390	33.878
Remensuração de contratos	34.164	3.605	26.998	3.652
Total	43.737	37.171	44.388	37.530

27 Eventos subsequentes

Novos cursos de medicina - Programa Mais Médicos 3

Em fevereiro de 2026, o MEC publicou ato revogando o Edital nº 01/2023 para autorização de novos cursos e vagas em medicina por chamamento público, suspendendo de forma indefinida qualquer previsão de novos ciclos de chamamento até posterior deliberação normativa ou regulatória. Essa revogação ocorreu diante de alterações relevantes no cenário fático e regulatório, que envolve volume de judicializações, expansão de cursos por outros sistemas e discussões sobre qualidade da formação médica.

7ª Emissão de Debêntures

Em 2 de março de 2026, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 250.000, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. As debêntures terão prazo de 43 meses, remuneração correspondente a CDI + 1,10% ao ano, pagamentos semestrais de principal e juros com a 1ª amortização de principal no 18º mês, sendo os recursos destinados principalmente ao pré-pagamento de debêntures de emissões anteriores e ao reforço do capital de giro.

Em 10 de março de 2026, a Companhia informou ao mercado o encerramento de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, perfazendo o montante de R\$ 250.000. Os recursos captados serão destinados, principalmente, ao pré-pagamento das debêntures da 3ª emissão da Companhia, emitidas em 15 de agosto de 2022, e das debêntures da 4ª emissão, emitidas em 10 de outubro de 2023, ambas originalmente remuneradas à taxa de DI + 2,00% ao ano. O saldo remanescente dos recursos obtidos será utilizado para reforço do capital de giro da Companhia.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica – ENAMED

No dia 16 de março de 2026, o MEC publicou a Portaria nº 74, instaurando processo de supervisão aos cursos de Medicina em Barreiras (BA), Vilhena (RO) e Recife (PE), com aplicação das seguintes medidas cautelares até a divulgação dos resultados do Enade de 2026:

- (i) Suspensão ou impedimento da protocolização de processos regulatórios de aditamento para aumento de vagas;
- (ii) Suspensão da possibilidade de celebração de contratos de Financiamento Estudantil (FIES);
- (iii) Suspensão dos benefícios regulatórios concedidos pela SERES/MEC, conforme Portaria nº 892, de 5 de dezembro de 2025, ou atos normativos relacionados;
- (iv) Suspensão ou restrição da participação em outros programas federais de acesso ao ensino;
e
- (v) Redução de 25% no ingresso de vagas autorizadas do curso.

A portaria encontra-se em fase de recursos administrativos e judiciais, movidos pela Companhia. A administração entende que o impacto da portaria em 2026 é limitado, uma vez que as vagas para o ano de 2026 já foram ofertadas nos vestibulares realizados no último trimestre de 2025. Adicionalmente, em relação aos itens “iv” e “v”, o impacto poderá ocorrer apenas na captação de 2027, todavia, o Grupo já implementou ações internas para mitigar o risco de uma nova autuação no próximo ENAMED.

Políticas contábeis

28 Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

28.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis materiais são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes de aquisição para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

28.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

28.3 Ativos e passivos financeiros

28.3.1 Reconhecimento inicial e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros classificados nas categorias de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas (instrumentos de dívida) e ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

28.3.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos e bloqueios judiciais.

28.3.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros do Grupo classificados ao valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

28.3.4 Desreconhecimento de ativo financeiro (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

28.3.5 Reconhecimento inicial e mensuração de passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, compromissos a pagar, obrigações de arrendamento e parcelamentos tributários.

Os passivos financeiros do Grupo mensurados a valor justo por meio do resultado incluem os contratos de swap para proteção cambial de empréstimo em moeda estrangeira.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

28.3.6 Desreconhecimento de passivo financeiro (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

28.4 Contas a receber

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços arrecadados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente no passivo e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

28.5 Redução do valor recuperável de ativos financeiros (inclui a provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa)

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as contas a receber de clientes, dada a natureza de curto prazo dos recebíveis do Grupo e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, o Grupo não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, além dos níveis de provisão com perdas esperadas de crédito já reconhecidas até o momento.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, pois de acordo com a avaliação do Grupo, além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

28.6 Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em empresas controladas, nas demonstrações financeiras da controladora, estão registrados pelo método da equivalência patrimonial.

A participação societária em controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado como parte do investimento. Os mesmos ajustes feitos nas demonstrações financeiras consolidadas são feitos nas demonstrações financeiras individuais para se chegar aos mesmos valores de patrimônio líquido e resultado.

28.7 Combinação de negócios

Em uma combinação de negócios, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

28.8 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor justo pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" no consolidado. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período esperado da relação com o aluno.

(c) Licenças e implantações de *softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(d) Credenciamento e licenças de operação

Os credenciamentos e as licenças de operação são capitalizados com base nos gastos incorridos junto ao Ministério de Educação referentes à autorização e ao reconhecimento dos cursos oferecidos, assim como credenciamento das Unidades. Os credenciamentos e as licenças têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de vigência das licenças obtidas junto ao Ministério da Educação.

(e) Conteúdo digital

O Conteúdo digital é capitalizado com base nos custos incorridos para adquirir direitos de uso de conteúdos digitais a serem utilizados na prestação de serviço do Grupo. Esses custos são amortizados durante o prazo do contrato.

(f) Convênios

Os convênios são capitalizados com base nos custos incorridos para firmar contratos, junto a empresas parceiras, que confirmam aos alunos do Grupo o direito de exercer as atividades de graduação complementares, necessárias para sua formação acadêmica. Esses custos são amortizados durante o prazo dos referidos contrato.

(g) Fundo de comércio

São ativos intangíveis com prazo de vida útil definida, representados por valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais (fundo de comércio). São amortizados linearmente de acordo com o prazo do contrato de aluguel dos imóveis alugados.

(h) Intangíveis identificados em aquisições - Licenças de cursos

As licenças de cursos identificadas em aquisições referem-se basicamente aos valores de licenças e credenciamentos de cursos perante o MEC e são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios.

Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil indefinida e estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. Podendo existir vida útil definida para ativos com vencimento do credenciamento perante o MEC, avaliados antes da obtenção do credenciamento como centro universitário.

(i) Intangíveis identificados em aquisições - Marcas registradas

As marcas identificadas em aquisições são registradas inicialmente pelos seus valores justos com base em laudos de avaliação suportando os montantes alocados nas combinações de negócios. Esses ativos identificados em aquisições possuem vida útil definida e estão sujeitos a amortização calculada pelo método linear para alocar o custo durante sua vida útil estimada.

28.9 Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que é o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos ou pela vida útil do ativo de arrendamento, dos dois o menor.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

28.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perda para *impairment*. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

O imobilizado em andamento refere-se à construção de novos prédios e adequação de prédios de terceiros à atividade do Grupo. Semestralmente os saldos deste grupo são revisados e transferidos para as suas devidas contas, se concluídos, para início da depreciação.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

28.11 Custos de empréstimo capitalizados

O custo histórico do imobilizado, quando aplicável, inclui juros sobre empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, os quais são capitalizados como parte do custo do respectivo ativo. Em 31 de dezembro de 2025, o grupo não possui saldo de custos de empréstimos capitalizados.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

28.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, “Unidades Geradoras de Caixa” (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

28.13 Fornecedores e compromissos a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e os compromissos a pagar são obrigações decorrentes da aquisição de imóveis e dos saldos a pagar oriundos de combinações de negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar a fornecedores e os compromissos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar aos fornecedores e os compromissos a pagar são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

28.14 Arrendamentos

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão, neste caso, poderá ocorrer multa conforme contrato.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

28.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

28.16 Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional da liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

28.17 Provisões

As provisões para contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) existe uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança, com base nos julgamentos dos consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

28.18 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. Para as unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, as atividades de ensino superior de graduação gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica “IRPJ” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL”.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que o Grupo é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) PIS e COFINS

Para as receitas das atividades de ensino, com exceção das atividades de graduação das unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI”, incidem o Programa de Integração Social “PIS” e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social “COFINS” nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

As atividades de graduação nas unidades que aderiram ao Programa Universidade para Todos “PROUNI” são isentas do Programa de Integração Social “PIS” e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social “COFINS”.

(d) PROUNI

As unidades que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica “IRPJ” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSLL”, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 29 de dezembro de 1991; e,
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

(e) ISS

Sobre as receitas das atividades de ensino incide o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza “ISS”, conforme regulamentado na lei complementar 116/2003, nas alíquotas de 3,00% a 5,00%, a depender do município. O tributo é reconhecido de acordo com o reconhecimento de receita do Grupo.

28.19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme o CPC 41 (IAS 33). As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.20 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de ensino superior, pós-graduação, cursos livres e atividades educacionais correlatas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. As receitas são geradas com base em contratos de preço fixo, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. A receita bruta reflete o valor de tabela da mensalidade em cada curso e os descontos e bolsas refletem as campanhas promocionais de acordo com o esforço de captação dos alunos e alinhamento aos preços praticados no mercado.

No contexto dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são formalizados semestralmente, enquanto nos cursos de pós-graduação, o contrato abrange a totalidade do programa.

O Grupo registra como dedução os encargos educacionais decorrentes dos contratos de financiamento garantidos pelos alunos que aderiram ao FGEDUC de acordo com a Portaria Normativa Nº 21 de 21 de outubro de 2010, Portaria Normativa Nº 14 de 28 de junho de 2012 e Portaria Normativa Nº 3 de 3 de janeiro de 2014. A partir de 2018, para contratos firmados no âmbito do Novo FIES, o FGEDUC foi substituído pelo FG-Fies, fundo garantidor das operações de crédito do programa. Nesses contratos, aplica-se retenção de até 27,5% sobre os valores financiados (limite vigente desde setembro de 2023), destinada à constituição do fundo, bem como taxa administrativa de 2% sobre o valor financiado, cobrada pelas instituições financeiras operadoras.

(b) Custos e despesas

Os custos e despesas são reconhecidos quando efetivamente representar esforço de geração de receita, quando no mesmo período possam ser confrontados a receita e o esforço necessário para gerá-la ou quando um ativo não produz benefícios econômicos futuros e quando um passivo é incorrido sem o correspondente reconhecimento de um ativo.

(c) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos das aplicações financeiras e contratos de empréstimos, financiamentos e outros, usando o método da taxa efetiva de juros ou de indexadores de inflação.

Descontos concedidos referem-se às reduções realizadas nos débitos dos alunos inadimplentes referentes aos semestres anteriores, sejam por repactuação de pagamento para manutenção dos alunos na instituição ou por recuperação de valores mais antigos, através de campanhas de descontos no valor de face da dívida.

Ser Educacional S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia possui política de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para acionistas aprovada pelo Conselho de Administração, que prevê a distribuição de 30% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76, apurado em bases semestrais, em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido na legislação societária.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras quando deliberados pelos órgãos societários competentes. Qualquer valor acima da política somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Quando aplicável, os efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprio são reconhecidos no resultado do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação nem reconhecimento de juros sobre o capital próprio.